UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARCELLA CARMONA WAHL RONTANI MIGLIACCI

**Os parques lineares na dinâmica da produção do
espaço urbano na periferia - o caso do Parque
Linear do Córrego Do Rio Verde em Itaquera - São
Paulo**

Versão Corrigida

São Paulo

2016

MARCELLA CARMONA WAHL RONTANI MIGLIACCI

**Os Parques Lineares na Dinâmica da produção do
espaço urbano na periferia - o caso do Parque Linear do
Córrego do Rio Verde em Itaquera - São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia Humana, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Scifoni.

Versão Corrigida

“de acordo”

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M634p Migliacci , Marcella Carmona Wahl Rontani
Os Parques Lineares na Dinâmica da produção do
espaço urbano na periferia - o caso do Parque Linear
do Córrego do Rio Verde em Itaquera - São Paulo -
Versão Corrigida / Marcella Carmona Wahl Rontani
Migliacci ; orientadora Simone Scifoni. - São
Paulo, 2016.
113 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. parques lineares. 2. periferias. 3. questões
ambientais. 4. questões sociais. 5. produção do
espaço. I. Scifoni, Simone, orient. II. Título.

Nome: MIGLIACCI, Marcella Carmona Wahl Rontani Migliacci

Título: Os Parques Lineares na Dinâmica da produção do espaço urbano na periferia - o caso do Parque Linear do Córrego do Rio Verde em Itaquera - São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia Humana, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.
Versão corrigida.

Aprovado em: 01/09/2016

Parecer da Comissão Julgadora: A banca destaca o aprimoramento do texto em relação ao exame de qualificação e a relevância do mesmo contribuindo para o questionamento das políticas públicas de criação de parques.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Simone Scifoni

Instituição: FFLCH-USP

Função: Presidente

Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez

Instituição: FFLCH-USP

Função: Titular

Profa. Dra. Rosalina Burgos

Instituição: UFS-Car - Externo

Função: Titular

Apresentação e agradecimentos

Juntamente com os agradecimentos, sinto a necessidade de fazer uma breve apresentação relacionada aos motivos de escolha dessa pesquisa.

Quando fui aceita no programa de mestrado estava trabalhando na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, na Divisão técnica de Patrimônio Ambiental do Departamento de Planejamento Ambiental - DEPLAN. Isso trouxe uma enorme dificuldade, pelo fato de não dispor de dedicação exclusiva para a pesquisa. No entanto, acredito que tenha trazido também muitos pontos positivos, pois foi dessa minha experiência com o empírico que surgiram as inquietações para realizar o mestrado.

Minha atribuição principal no DEPLAN foi por um bom tempo a de elaborar plantas expropriatórias para a implantação de parques planejados nos Planos Regionais Estratégicos – PREs. Essa atividade basicamente consiste em delimitar a propriedade a ser desapropriada e levantar todas as benfeitorias, construções, bem como feições existentes no terreno, ou seja, as nascentes, córregos e APPs (áreas de preservação permanente) na área objeto da desapropriação. Para isso é necessário levantamentos de campo e o contato direto com os moradores das áreas a serem desapropriadas.

Foram feitas vistorias e sobrevoos nas zonas norte, sul, leste e oeste da cidade, basicamente nas periferias e cada caso sempre é um caso. O discurso que tinha que se passar para os expropriados era o da requalificação ambiental, que sem dúvida é algo extremamente necessário, principalmente nas periferias, que são carentes de serviços urbanos básicos, como moradia digna, saneamento básico, lazer, e aonde restaram algumas áreas com características naturais, evidenciando os conflitos sociais e ambientais. Mas sempre me inquietava o fato dessas pessoas que tinham uma vida naquele espaço estarem sendo desapropriados

Vários outros parques poderiam ter sido escolhido para esta pesquisa, no entanto, um parque em especial me chamou a atenção: o Parque Linear do Córrego do Rio Verde em Itaquera, zona leste. Chamado por muitos de “o parque da copa”, por conta da sua proximidade com a Arena Corinthians palco da abertura da Copa do Mundo de 2014, é uma área extremamente urbanizada, porém de forma precária e muito adensada, com um uso misto de residências, comércio e serviços. O planejamento desse parque faz saltar aos olhos a questão “social x ambiental” e os questionamentos foram surgindo, me incentivando a iniciar essa pesquisa.

A responsabilidade enquanto servidora pública e pesquisadora, independente do cargo ocupado e da gestão política, é imensa e o desafio de igual proporção. E é por

isso que quero agradecer a algumas pessoas que fizeram essa pesquisa ser possível e me ajudaram a seguir adiante com as duas atribuições:

A professora Simone Scifoni, minha orientadora por toda a compreensão, ensinamento e confiança depositados.

As professoras Isabel Aparecida Pinto Alvarez e Rosalina Burgos pelos ótimos ensinamentos na banca de qualificação e aos professores Saint Clair Cordeiro da Trindade Jr. e Sandra Lencioni pela oportunidade de participar do laboratório de pesquisas em geografia o que foi extremamente enriquecedor para a pesquisa e um salto para o meu entendimento.

Aos meus chefes da PMSP desse período de mestrado, Rosélia Mikie Ikeda (em 2012), Maria Rosa Pisani (de 2013-2014) e Daniel Todtmann Montandon (de 2015-2016), por toda a compreensão, ensinamentos, oportunidade, acesso aos dados necessários à pesquisa, dias disponibilizados aos estudos e confiança depositada.

A todos os meus colegas e amigos que fiz na SVMA e SMDU que me aturaram com as minhas queixas da dificuldade de escrever a dissertação juntamente com o dia-a-dia do trabalho nessas secretarias. O pessoal do DEPLAN, em especial a Erika que me ajudou com a revisão final, a Vivian que me ajudou com a revisão para a qualificação, a Hélia pelas conversas sobre o Rio Verde, ao Juan e ao Anderson que me acompanharam de livre espontânea vontade nos sábados em alguns dos trabalhos de campo e a equipe do DEUSO por compreenderem minhas ausências e me cobrirem ao longo da reta final dessa pesquisa e em especial, a Rosana e a Amanda por se voluntariarem a ler esse trabalho mesmo com tantas atribuições na assessoria do departamento.

Aos “geocobaias” – Ligia, Vanessa, Gabu e Raul, que ouviram e leram meus devaneios e desabafos e sempre que possível me acalmaram e me fizeram rir.

A minha família, por todo amor e por tentarem entender minhas ausências e reclusão dando o apoio por eu “estudar demais” como diz a minha avó (num tom irônico).

Ao Tulio, por todo o amor, compreensão, por me acalmar nos momentos de desespero me ouvindo, fazendo uma ótima refeição, ficando sobrecarregado com as atividades da nossa casa, me liberando assim um pouco de tempo para me dedicar à pesquisa, e ainda auxiliando na elaboração dos mapas e tabelas, na revisão dessa pesquisa e acompanhando os trabalhos de campo ao parque.

E por fim, a todos aqueles que ajudaram, mesmo que indiretamente, meus sinceros agradecimentos!

“Segundo Parmênides, o mundo como conhecemos não passa de mera ilusão. Não importa de quantas coisas pensamos que é feito, porque ele não existe. (...) Por que então deveríamos nos preocupar com as transformações do mundo se não passam de mera ilusão?”

Paul Strathern

RESUMO

MIGLIACCI, M.C.W.R. **Os Parques Lineares na Dinâmica da produção do espaço urbano na periferia - o caso do Parque Linear do Córrego do Rio Verde em Itaquera - São Paulo.** 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Os parques lineares no município de São Paulo estão em sua maioria localizados nas periferias da cidade e se inserem na dinâmica da produção do espaço urbano.

Este trabalho buscou realizar a análise ambiental e social das implicações de implantação e planejamento de parques lineares, a partir da análise da produção do espaço, em especial no Parque Linear do Córrego do Rio Verde, localizado em Itaquera, periferia da cidade de São Paulo.

Nesse sentido foram realizadas pesquisas com base em referencial teórico, dados de órgãos públicos, além de observações de campo. As análises demonstram que se tem um enorme desafio a ser enfrentado na relação entre questões ambientais e sociais, pois na maior parte das vezes são vistos como problemas distintos, sem que se evidencie que estão intrinsecamente correlacionadas.

Palavras-chave: parques lineares; periferias; questões ambientais; questões sociais, produção do espaço.

ABSTRACT

MIGLIACCI, M.C.W.R. The Linear Parks in the dynamics of production of urban space in the periphery - the case of Linear Park Córrego do Rio Verde in Itaquera - São Paulo. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The linear parks in São Paulo are mostly located in the city peripheries and they are inserted in the dynamics of production of urban space.

This study attempts to make environmental and social analysis of the implementation implications and planning of linear parks, from the analysis of the production of space, especially in the Linear Park Córrego do Rio Verde, located in Itaquera, periphery of São Paulo.

In this sense surveys were conducted based on theoretical framework, public data, and field observations. The analysis shows that there is a huge challenge to be faced in the relationship between environmental and social issues, because in most cases are seen as separate problems without that evidence that are intrinsically correlated.

Keywords: linear parks; peripheries; environmental issues; social issues, space production.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de São Paulo	21
Mapa 2- Localização da Subprefeitura de Itaquera.....	22
Mapa 3 – Localização das vias principais em Itaquera.	23
Mapa 4 – Planta Geral de São Paulo, 1905	26
Mapa 5 – Planta da Cidade de São Paulo mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, 1924.....	26
Mapa 6 - Evolução da Mancha Urbana – RMSP	28
Mapa 7 – Carta das Estradas de Ferro da Província de São Paulo, 1878.....	32
Mapa 8 – Região do centro de Itaquera em 1930.	34
Mapa 9 – Planta da Cidade de São Paulo e municípios circunvizinhos, 1943.....	39
Mapa 10 - GEGRAN – EMPLASA, 1980.....	44
Mapa 11 - Parques lineares planejados e implantados na cidade de São Paulo.....	73
Mapa 12 – Localização do parque linear na Sub-bacia do Rio Verde	75
Mapa 13 - Localização do parque linear do Rio Verde.....	77
Mapa 14 - Decretos de Utilidade Publica para o parque linear do Rio Verde	82
Mapa 15 - Uso do solo para o Parque Linear do Córrego do Rio Verde	84
Mapa 16 - Projeto do parque com sobreposição das áreas de favela	85

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Favela da Paz em Itaquera. 2012.	48
Foto 2 – Placa informando as obras no Parque Linear, 2012.....	90
Foto 3 – Obras no Parque Linear, 2012.....	90
Foto 4 – Sobrevoio no trecho implantado do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, 2014.	91
Foto 5 – Placa na entrada do Parque Linear, 2014.....	92
Foto 6 – Área interna ao Parque Linear, 2014.	92
Foto 7 – Córrego do Rio Verde no trecho do parque linear implantado, 2014.....	93
Foto 8 – Playgrond e quadra poliesportiva do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, 2015..	94
Foto 9 – Pista de skate do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, 2015..	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização das COHABs.....	43
Figura 2 – Localização das favelas na subprefeitura de Itaquera.....	46
Figura 3 – Polo Institucional e Tecnológico de Itaquera, situação desejada em 2011.....	50
Figura 4 Projeto alternativo para o Parque Linear do Córrego do Rio Verde na área da favela da paz.....	88

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Tabela 1 - Comparação entre a população de Itaquera e São Paulo nas décadas de 1940 a 1960.	38
Tabela 2 – Dados UIT 250 Itaquera – Dados da população.....	51
Tabela 3 - Dados UIT 250 Itaquera – Características dos domicílios.	52
Tabela 4 – Parques municipais de São Paulo.....	62
Tabela 5 Porcentagem da área planejada do parque linear nos distritos da subprefeitura de Itaquera.	76
Tabela 6 - Domínio e extensão aproximada das áreas para o parque linear do Rio Verde...	80
Tabela 7- Relação dos Decretos de Utilidade Pública (DUP) para o parque linear do Rio Verde.	81
Quadro 1 – Comparação dos usos que permanecem e usos a serem retirados com a implantação do parque linear do córrego do rio verde. Fonte: Comparação do mapa de usos e do projeto elaborado por SVMA..	86

LISTA DE SIGLAS

ABCD e ABC – Siglas que representam as cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

A.N.P.F. – Associação Nacional de Preservação Ferroviária

APP – Área de Preservação Permanente

Art. – abreviatura para a palavra Artigo

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

DEPLAN – Departamento de Planejamento Ambiental

DUP – Decreto de Utilidade Publica

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.

ETEC - Escola Técnica Estadual

FATEC – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

FEMA – Fundo Especial de Meio Ambiente

FIFA – Federação Internacional de Futebol

GEGRAN – Grupo Executivo da Grande São Paulo

HABISP - Sistema de informações para Habitação Social na cidade de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ISS - Imposto sobre Serviços

LPUOS – Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo

MDC – Mapa Digital da Cidade

ONG – Organização Não Governamental

PDE – Plano Diretor Estratégico

PIB – Produto Interno Bruto

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PRE – Plano Regional Estratégico

QGIS – Software livre de Geoprocessamento

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SAD-69 – South American Datum

SARA BRASIL – Denominação de Sociedade Anônima constituída para o mapeamento de São Paulo na década de 1930 (Società Annonima Rilevamento Aerofotogrametrici de Roma)

SIG – Sistema de Informações Geográfica

SIURB – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras

SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SNUC- Sistema Nacional de Unidade de Conservação

SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

TCA – Termo de Compromisso Ambiental

TID - Tramitação Interna de Documento

UIT – Unidades de Informações Territorializadas

UTM – Universal Transversa de Mercator

ZEPAM – Zona Especial de Proteção Ambiental

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO 1: ITAQUERA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	21
1.1 A ZONA SUBURBANA DE SÃO PAULO	31
1.2 PERIFERIA AUTOCONSTRUÍDA	36
1.3 PERIFERIA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS E DAS FAVELAS.....	42
1.4 A NOVA FRONTEIRA DE NEGÓCIOS.....	48
CAPITULO 2: OS PARQUES PÚBLICOS DE SÃO PAULO	54
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PARQUES NA CIDADE.....	54
2.2 Os PARQUES LINEARES.....	66
CAPITULO 3: O PARQUE LINEAR DO CÓRREGO DO RIO VERDE.....	74
3.1 DIRETRIZES DO PROJETO	76
3.2 DESAPROPRIAÇÕES E REMOÇÕES.....	80
3.3 USO DE LAZER E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
APÊNDICE - ENTREVISTAS.....	105

Introdução

O presente trabalho buscou tratar sobre a temática dos parques lineares na dinâmica da produção do espaço urbano na periferia procurando problematizar a questão social e ambiental.

Assim é possível uma compreensão do processo de produção da metrópole de São Paulo por intermédio das ações do Estado na periferia, destacando-se a implantação dos parques lineares, em especial o Parque Linear do Córrego do Rio Verde em Itaquera, localizado na zona leste do município de SP.

A escolha desse parque não se deu por acaso, pois ele está localizado em uma região que vem passando por diversas intervenções estatais e o parque seria apenas um elemento dos diversos transformadores urbanos dessa localidade, sobretudo no período de 2007-2014, tais como o estádio Arena Corinthians e a Faculdade de Tecnologia/Escola Técnica – FATEC/ETEC, além das intervenções viárias nos principais eixos de circulação, sendo estes auxiliados pela Lei de Incentivos Seletivos (Lei nº 14.654 de 2007 e Lei nº 14.888 de 2009), e pela Lei da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú (atualização da Lei nº 13.872/2004).

Esse foi o recorte temporal principal de análise, ainda que fosse necessário buscar o histórico para o entendimento do momento atual e o reconhecimento de seus agentes.

Ao analisar as diversas intervenções realizadas e ainda em curso para Itaquera, nos perguntamos o porquê destas transformações nesse momento e nesse espaço.

E quando se observa especificamente a questão do parque linear, que surge como parte das políticas urbanas do município de São Paulo, e pregoa o esforço na recuperação dos corpos hídricos através da ordenação da ocupação do seu entorno de modo a tentar compatibilizar o uso do solo com a proteção da água, pode-se entender que seu conceito traz a tentativa de recuperação e uso dito “sustentável” para áreas de várzea. Mas o parque dito como “área verde” é de fato ambientalmente relevante?

Pressupõe-se de uma série de medidas cujo discurso do Estado é voltado para o aprimoramento da qualidade ambiental e do desenho urbano ao longo da rede hídrica, que preveem, principalmente, a melhoria da qualidade das águas dos córregos e rios, a ampliação de áreas verdes permeáveis para minimizar fatores causadores de enchentes e a ampliação de espaços de lazer ativo e contemplativo. Porém, será que essa é apenas a sua função como descrita pelo Estado, uma tentativa de revitalização ambiental?

Sabemos que conceitualmente a localização para um parque linear é as margens de um corpo hídrico e estes, muitas vezes, foram ocupados por favelas com pouca ou nenhuma infraestrutura, em sua maioria por uma população pobre espoliada diariamente de seus direitos como cidadãos. Essas ocupações características de áreas de fundo de vale estão, salvo raras exceções, localizadas nas periferias. Importante frisar que não é somente uma população pobre que ocupa tais áreas, mas também uma população com maiores recursos, cujos lotes foram, por vezes e inclusive, regularizados pelo poder público local, contrariando a lei ambiental federal que considera as margens de um corpo hídrico como Área de Preservação Permanente – APP¹.

Neste sentido, a implantação dos parques lineares exige a remoção da população que ocupa as margens desses corpos hídricos e a transformação física da área com a demolição de edificações e sua substituição por ajardinamento, arborização e equipamentos de lazer. Além disso, há também a transformação do uso do espaço: de moradia ou comércio para uso público como área livre.

Sendo assim, qual é o papel destas áreas inseridas como parque linear na produção do espaço na periferia? Compreende-se a produção do espaço como uma condição para a sociedade se reproduzir enquanto tal, pois é no espaço em que as relações sociais se materializam (CARLOS, 2011).

Neste âmbito, pretendeu-se com este estudo compreender a concepção de parques lineares e discutir a sua aplicação, principalmente em termos sociais e em termos ambientais, identificando qual o seu papel/impacto na produção do espaço urbano.

Diante dessas questões, do ponto de vista metodológico, buscou-se

¹ Lei Federal 4.771 de 1965 (Código Florestal), modificada pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 – “Novo Código Florestal”.

compatibilizar, problematizar e questionar de forma qualitativa, dados e mapas dos órgãos públicos em especial da PMSP/ SVMA – Prefeitura Municipal de São Paulo / Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, tais como as propostas de parques lineares para a cidade de São Paulo, em específico para o Parque Linear do Córrego do Rio Verde sendo reunidos os dados de projeto do referido parque e realizada pesquisa no acervo da SVMA. Também se realizou diversos trabalhos de campo, para o reconhecimento da área como um todo, buscando observar o padrão de ocupação das áreas que foram previstas para desapropriação, que são em sua maioria de comércios ou residências e a realização de entrevistas com os frequentadores do parque a fim de buscar uma compreensão do uso cotidiano desse espaço e seu reconhecimento como equipamento público. Foram consultados os mapeamentos antigos da região em foco – como o Levantamento SARA Brasil (década de 1930), o Levantamento Gegrar (década de 1980) e o Mapa de Evolução da Mancha Urbana da Região Metropolitana de São Paulo, elaborado pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA (a partir de 1929 até 2010), possibilitando a análise e comparação histórica da ocupação urbana naquela localidade; e aquele da dinâmica de ocupação atual, a partir dos dados estatísticos da EMPLASA – UIT – Unidades de Informações Territorializadas e dos indicadores sociodemográficos do Censo IBGE 2010, para buscar compreender a formação de Itaquera no tempo recente. Esses mapas² foram trabalhados através de geoprocessamento com o software livre QGIS, para que fosse possível sobrepor o perímetro do parque aos mapeamentos e observar as transformações ao longo do tempo. Através da mesma ferramenta, elaboraram-se mapas específicos do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, para auxiliar na compreensão espacial deste.

Foi também analisada a legislação pertinente, qual seja o antigo Plano Diretor da Cidade (Lei nº 13.430 de 13/09/2002) e uma breve comparação com o atual Plano Diretor da Cidade (Lei nº 16.050 de 31/07/2014), o Plano Regional Estratégico de Itaquera (Lei nº 13.885, de 25/08/2004³), o Programa de

² Todo o material cartográfico produzido exclusivamente para a pesquisa foi elaborado com base no sistema de referencia de coordenadas planas UTM – Universal Transversa de Mercator, DATUM Horizontal SAD-69, fuso 23S.

³ Essa lei foi revogada pela Lei 16.402 de 22 de março de 2016 que trata do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo na Cidade. Não fizemos a análise do conteúdo dessa nova lei, pois são questões que rebaterão no futuro para a região e o escopo aqui analisado são das transformações já em curso.

Desenvolvimento da Zona Leste, que envolve as leis de incentivos seletivos (Lei nº 14.654 de 2007 e Lei nº 14.888 de 2009), a Operação Urbana Consorciada Rio Verde - Jacú (atualização da Lei nº 13.872/2004). Nesse âmbito foi considerada a questão do significado da realização da abertura da Copa do Mundo de 2014, no estádio Arena Corinthians, localizado em Itaquera, completando plano de fundo que viabiliza explicar e compreender o contexto da implantação do Parque Linear do Córrego do Rio Verde.

Como referencial teórico foram utilizados os autores que tratam da questão da geografia urbana e da cidade, em especial Lefebvre (1999 e 2001), Kowarick (2009), Damiani (2005), Burgos (2003), Antas Jr (1995), Carlos (2004, 2005 e 2011), Bonduki (2013), buscando compreender melhor o significado das periferias e seu processo de produção do espaço urbano.

Dessa maneira, a estrutura da dissertação foi organizada em três capítulos, nos quais são tratadas as questões do espaço urbano na periferia, a questão ambiental da cidade de São Paulo vista por meio da política de implantação de parques e qual o seu significado, em especial na categoria de parque linear trazendo o seu conceito e as questões do cotidiano envolvendo o lazer e o uso.

No capítulo 1 intitulado de: Itaquera e a produção do espaço, tratamos primeiramente do local aonde se encontra o parque linear, mediante a análise do contexto das periferias no urbano e seus desafios de precariedade urbana, dos loteamentos irregulares das autoconstruções aos conjuntos habitacionais, sem a infraestrutura de seu entorno. Para que se entenda esse cenário é preciso trazer os momentos históricos da formação de Itaquera, de área rural a subúrbio e periferia. A influência da implantação da ferrovia nessa transformação é extremamente relevante e por isso que esse é o recorte temporal da análise, não havendo necessidade de voltar à origem mais remota da área.

No capítulo 2 “Os Parques públicos de São Paulo” é tratada a questão da implantação de parques em especial os parques lineares. Seus momentos de implantação são importantes para a compreensão atual, destacando-se o projeto “100 parques para São Paulo” o que fez a cidade saltar em número de parques. Em 2003 havia em torno de 30 parques no município, sendo que nenhum era da categoria “linear”. Em sua maioria a origem das terras para a implantação provinha de áreas livres dos loteamentos incorporadas à municipalidade no

processo de parcelamento do solo. Em 2016 temos um número maior do que 100 parques, e que boa parte foram proveniente de desapropriações. Em pouco mais de 10 anos houve um aumento significativo no número de parques existentes. Este capítulo busca introduzir essas questões para que seja possível compreender o contexto de implantação do caso estudado, o Parque Linear do Córrego do Rio Verde, tratado no capítulo seguinte.

Por fim, o capítulo 3: O Parque Linear do Córrego do Rio Verde trata especificamente do objeto de estudo, trazendo a análise de seu projeto, no que se refere à questão territorial e evidenciando o conflito ambiental e social. A sua área planejada compreende o córrego em toda a sua extensão, da sua nascente no Parque do Carmo, até a sua foz próxima a Av. Jacú-pessêgo. No entanto, atualmente a área implantada de fato compreende apenas um trecho do total planejado, que para se efetivar necessita de diversas desapropriações e em seguida, execução de recuperação e remediação de área. Também nesse capítulo surge à questão do dia a dia relacionada ao lazer, uso e o cotidiano, as carências do lazer nas periferias e sua importância e qual o uso que é dado ao parque linear do córrego do rio verde. Esse uso é o esperado pelo Estado? Ou a população está se apropriando desse espaço de forma distinta?

Segundo Antas Jr: “Os espaços públicos de lazer não apresentam uma função unívoca, cientificamente estabelecida. Correspondem, antes de mais nada, a um serviço prestado pelo Estado, serviço este cada vez mais procurado e necessário.” No início das décadas do século XX as áreas de várzea eram espaços utilizados para lazer, já que eram áreas desocupadas. Hoje o Estado, após permitir a ocupação dessas áreas com outros usos, busca resgata-las como áreas de lazer.

Um aspecto que torna essa pesquisa fundamental é a necessidade de se compreender os problemas ambientais inseridos e ocasionados no processo de desenvolvimento do capitalismo, relacionando-os com os problemas sociais, políticos e econômicos, denotando como algumas dessas questões são representadas apenas como problemas ambientais para justificar a produção do espaço.

Discutir os problemas ambientais separados dos problemas sociais torna míope qualquer solução proposta, além de dispersar qualquer movimento contestatório, pois não permite a compreensão da raiz dessas questões

(Bertolotti, 2011).

Por último, a presente pesquisa se justificou pelo próprio questionamento dos atuais movimentos do urbano, onde a intensificação da pobreza e da segregação espacial está cada vez mais escondida nos extremos da cidade e na questão ambiental, sendo fundamental revelar que o caráter/discurso ambiental em voga não é apenas o que se apresenta, sendo a pretensão dessa pesquisa de revelar as questões do meio ambiente no urbano e qual o peso social e ambiental de políticas públicas na produção do espaço.

CAPITULO 1: Itaquera e a produção do espaço

Nesse capítulo apresentaremos as questões da produção do espaço e como esta ocorreu em São Paulo e especialmente em Itaquera. Assim será possível entender no Capítulo 2 o tema dos parques, principalmente os parques lineares e em seguida o parque linear do Córrego do Rio Verde.

São Paulo é um município brasileiro, capital do Estado de São Paulo (Mapa 1), cidade mais populosa do país e representa, isoladamente, 10,7% de todo o PIB – Produto Interno Bruto brasileiro e 36% de toda a produção de bens e serviços do estado de São Paulo⁴. Esses dados denotam a importância dessa cidade na produção econômica do país e não significam que são dados homogêneos para toda a cidade, pois existem muitas desigualdades em seu território.

Mapa 1 – Localização do município de São Paulo. (Fonte: Wikipedia, 2016)

Itaquera está localizada na zona leste do município de São Paulo, e se configura atualmente como uma subprefeitura que abrange área total de 54,30 km² e é subdivida em quatro distritos: Itaquera, Cidade Líder, Parque do Carmo e José Bonifácio (Mapa 2). Faz limite com as subprefeituras Penha, Ermelino

⁴ Dados do Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2013 / IBGE ([https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo_\(cidade\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo_(cidade)) consultado em 17/06/2016).

Mapa 3 – Localização das vias principais em Itaquera. (Fonte: Google Earth, 2016 – Elaborado pela autora, 2016)

Devido as recentes intervenções de melhoramentos viários na região, o traçado de algumas vias, como a Avenida Jacú-Pessêgo/Nova Trabalhadores e um trecho da Avenida Radial Leste, não constavam na base cartográfica oficial da prefeitura de São Paulo, o MDC – Mapa Digital da Cidade de 2004. Por esse

motivo o mapa 3 foi elaborado através de vetorização⁵ da imagem de satélite disponível no software Google Earth e trabalhada no software livre QGIS.

O parque linear do Córrego do Rio Verde, que será tratado no Capítulo 3, tem como uma de suas vias de acesso a Avenida Itaquera, que como vimos, é considerada uma importante via de circulação nesta região.

Antes de tratarmos sobre a produção do espaço em São Paulo e em Itaquera, discorreremos sobre o entendimento do que é a produção do espaço.

Segundo Carlos (2011), a produção do espaço é “imaneante à existência constitutiva da sociedade”. Isso significa que a sociedade se produz em determinado espaço como condição de sua própria existência, só que ao fazer isso ela também produz um espaço que lhe é característico e por conta disso tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do mundo. Assim, Carlos sugere que é “preciso considerar a reprodução da sociedade, em sua totalidade, realizando-se através da produção/reprodução do espaço” (op. Cit., p53).

A obra de Karl Marx é fundamental para o entendimento da noção de “produção” em sua profundidade, segundo Carlos (2011):

“A produção como categoria central de análise abre a perspectiva de desvendar, antes de tudo, a vida humana – a produção como atividade/ação essencial do humano – ao mesmo tempo em que permite pensá-la em cada momento, circunscrita a um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade, o que significa dizer que a produção se define com características comuns, em diferentes épocas, fundada em relações reais que se desenvolvem no bojo de um movimento real e, em cada momento dessa história em suas particularidades. Portanto, a noção de produção contempla também um duplo caráter: ela se refere ao próprio processo constitutivo do humano (enquanto ser genérico) e tem um caráter histórico. Mais do que pensar uma produção específica, o conceito em Marx é globalizante e aponta tendências contraditórias – renovação, conservação, preservação, continuidade e rupturas.”

Para Lefebvre, existe uma dupla noção de produção: a produção de objetos, produtos, mercadorias e também a produção do espaço como condição

⁵ Processo de criação de feição vetorial em ambiente SIG – Sistema de Informação Geográfica, para fim de representação cartográfica do objeto a ser mapeado, no caso o sistema viário.

da vida social (CARLOS, 2011). Assim “A produção do espaço”⁶, está na ideia de que:

“(...) o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem todavia deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados (LEFEBVRE, 1981 apud CARLOS, 2011).”

Então podemos entender que a produção do espaço se realiza através das relações sociais, como “relações reais e praticas, isto é, como relações espaço-temporais” (CARLOS, 2011).

E na cidade de São Paulo não poderia ser diferente, sua produção do espaço ao longo dos tempos é marcada por intensas transformações. Na primeira década do século XX havia menos de 300 mil habitantes concentrados nas áreas que rodeavam o distrito da Sé: Brás, Mooca, Barra Funda. Os extremos dessas zonas constituíam então o que na época se chamava de arrabaldes⁷. O restante era mato ou descampado, com seus rios e córregos, caminhos e trilhas, com exceções de trechos de loteamentos urbanos na Lapa e Vila Mariana. Até o ano de 1930, Itaquera não aparecia nos mapas que apresentavam a cidade de São Paulo como um todo. Nas plantas gerais da cidade de São Paulo de 1905 e 1924 os limites mapeados na zona leste iam até a Penha (Mapas 4 e 5).

⁶ Título da obra de Henri Lefebvre, 1981.

⁷ Segundo o Grande Dicionário Brasileiro Melhoramentos (2000), Arrabalde é: “Povoação que fica perto de uma cidade, da qual depende”.

Mapa 4 – Planta Geral de São Paulo, 1905. Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1355. Consultado em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1900.php em 17/06/2016.

Mapa 5 – Planta da Cidade de São Paulo mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, 1924. Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1162. Consultado em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1920.php em 17/06/2016.

Aos poucos, a urbanização paulista começa a ter seu desenho modificado, em decorrência da superação da rigidez da malha das ferrovias pela gradual implantação de uma malha rodoviária (GONÇALVES; SEMEGHINI, 1988). A cidade de São Paulo torna-se o maior polo industrial do país e é, portanto, onde os problemas urbanos adquirem maiores proporções.

Com o passar do tempo, como veremos nos subitens desse capítulo, São Paulo têm suas áreas naturais sendo incorporadas a produção da cidade a reboque dos processos urbanísticos, impermeabilizando as bacias hidrográficas canalizando e retificando os rios, alterando a dinâmica hidráulica natural e comprometendo dessa forma a vazão da rede de drenagem da cidade, outrossim os corpos d'água que a constituem passam a serem utilizados como meio de descarte de lixo e rejeitos sanitários e industriais. Assim ocorrem inúmeras enchentes e as águas transbordam.

Hoje a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP tem cerca de 20 milhões de habitantes⁸. É um contínuo urbano que ultrapassa em muito os limites administrativos da cidade, penetrando pelo ABCD, Osasco, Guarulhos e englobando, em anos mais recentes, outros municípios da metrópole. Nesse sentido, a ocupação periférica mais intensa situa-se em áreas menos urbanizadas em torno da capital. Essa expansão urbana fica clara ao longo das décadas do século XX e a comparação desses momentos evidência o crescimento dessa mancha urbana para além dos limites da cidade, como podemos observar no Mapa 6 referente a evolução da área urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, onde nota-se o extravasamento dos limites do Município já na década de 1960 e a consolidação de uma mancha urbana contínua, próxima da que temos hoje, em 1985.

⁸ Segundo estimativa populacional do IBGE para julho de 2014.

Mapa 6 - Evolução da Mancha Urbana – RMSP Fonte: EMPLASA, 2010.

O processo da produção do espaço, conjugado com o deslocamento dos empregos industriais para fora da capital, drenou parte da migração para outras áreas da metrópole. Isso está na origem do acentuado crescimento demográfico de municípios como Embu, Itapevi ou Jandira, transformados em cidades-dormitório que representam a fronteira do padrão periférico de expansão urbana da RMSP.

São as periferias da cidade de São Paulo, que logicamente também passam por intensos processos de transformação ao longo dos anos. Segundo Kowarick (2009):

“Periferias... No plural. Isto porque são milhares de Vilas e Jardins. Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho..”

Consideramos Itaquera como periferia do município de São Paulo, por conta dos problemas de infraestrutura, como os que envolvem a rede viária desestruturada, subdimensionada e descontínua, a pequena oferta de empregos e a deficiência em equipamentos e serviços públicos. Tem um perfil popular formado em sua maioria por trabalhadores que se deslocam todos os dias para o centro, e por muito tempo foi uma região desconhecida do restante da população. Tornou-se conhecida na grande mídia com o advento da Copa do Mundo de Futebol em 2014, que teve São Paulo como cidade sede para o jogo de abertura do mundial, no estádio localizado em Itaquera: Arena Corinthians, especialmente construído para o evento esportivo e que após a sua realização ficou como legado da Copa ao time de futebol que dá o nome ao estádio.

Então, para compreendermos os processos que estão ocorrendo em Itaquera atualmente, precisamos tratar dos momentos históricos da produção do espaço nesta região.

Em um primeiro momento identifica-se Itaquera com característica de subúrbio no início do século XX, uma realidade híbrida, segundo Martins (2001), que não é nem campo, mas também não é cidade; no segundo momento, de subúrbio para a moradia de autoconstrução dos loteamentos nas franjas da cidade, ocorrido principalmente no momento da crise dos alugueis, da lei do inquilinato, dos despejos em massa iniciados na década de 1940 como aponta Bonduki (2013). Depois, aproximadamente na década de 1970, inicia-se o momento da produção de habitação social através dos grandes conjuntos habitacionais viabilizados pelo Estado: as COHABs. Porém esse momento de implantação de grandes conjuntos habitacionais ocorre juntamente com o crescimento das favelas, pois nem todos conseguem ter acesso a uma moradia no conjunto habitacional, já que a demanda dos trabalhadores por habitação é muito maior que a oferecida pelo Estado, sendo então a única solução que lhes resta para a sobrevivência a moradia insalubre em uma favela. E então, a partir dos anos 2000 chegamos ao início das transformações pretendidas e em andamento para Itaquera, quando a periferia começa a ser vista como uma nova fronteira para a realização de investimentos imobiliários.

Estes momentos são tratados com base em sua característica predominante em determinado período temporal, mas isso não significa que essas características também não ocorram nos demais momentos. O que quer dizer que podem haver habitações de autoconstruções em loteamentos ocorrendo juntamente com a implantação dos grandes conjuntos habitacionais e essas não serem favelas. Isso só denota a enorme complexidade em se analisar a produção do espaço, pois este é algo fluido, metaforicamente com diversas nuances ao longo do tempo, não necessariamente obedecendo a prazos temporais.

Trataremos a seguir cada um dos itens detalhadamente, para que possamos compreender as razões de implantação de um Parque Linear na produção do espaço em Itaquera.

1.1 A zona suburbana de São Paulo

A palavra subúrbio deriva da palavra inglesa “suburb”, que em tradução literal significa “subcidade”. Mas o que seria uma zona que represente uma “subcidade”?

Segundo Martins (2001), seriam zonas que circundam a área central e ainda mantem uma forte característica rural, mas possui traços do urbano, podendo ser entendido como a área intermediária entre o urbano e rural. Utilizamos aqui o momento da zona suburbana de São Paulo para explicar o início das transformações em Itaquera, ainda entre os séculos XIX e início do XX.

A principal função dos subúrbios, segundo trabalho de Aroldo de Azevedo (1950), era a residencial. Os habitantes dos subúrbios – principalmente brasileiros, portugueses, espanhóis e japoneses – eram operários, comerciários e funcionários públicos de pequena categoria (LEMOS; FRANÇA, 1999).

No início do século XIX, Itaquera integrava-se ao grande “cinturão caipira” que envolvia a cidade, e caracterizava-se por conter culturas de subsistência, da qual sobreviviam os caipiras, remanescentes da população indígena, miscigenada. Nele também se desenvolviam atividades ligadas ao abastecimento da cidade (LANGENBUCH, 1971).

A ferrovia Estrada de Ferro do Norte chega a Itaquera em 1875⁹, financiada pelos fazendeiros do café que desejavam a conexão com a estrada de ferro Dom Pedro II, no Rio de Janeiro¹⁰. O seu trajeto ocorria entre as estações Bráz e Cachoeira na Região do Vale do Paraíba (Mapa 7). Utilizamos do recorte temporal da instalação da ferrovia para analisar as mudanças de predominantemente rural para a característica de subúrbio em Itaquera.

⁹ A partir de 1889 essa ferrovia passa a se chamar Central do Brasil. Em 1975 muda-se novamente o nome e passa a se chamar RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A. Desde 1994 é conhecida como CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, sendo este trecho o da linha 11 – coral nome que permanece até hoje.

¹⁰ Na época a cidade do Rio de Janeiro era a capital do país.

Mapa 7 – Carta das Estradas de Ferro da Província de São Paulo, 1878. Em vermelho, indicação da localização da estação Itaquera. As setas azuis indicam as estações Braz e Cachoeira. Fonte: A.N.P.F. – Associação Nacional de Preservação Ferroviária, em SILVA, 2014.

A estação de Itaquera foi construída próxima da desembocadura do Rio Verde com o Rio Jacú¹¹. Mesmo com a instalação da ferrovia não houve uma urbanização imediata está só ocorreu décadas depois por volta dos anos 1930 e predominantemente ao redor de sua estação.

De maneira geral, a região de Itaquera se caracterizava por subúrbio fornecedor de produtos à área central da cidade de São Paulo, principalmente com alimentos das áreas agropastoris e com as pedras de granito para a construção civil oriundas de sua pedreira¹². O intenso crescimento populacional de São Paulo e a facilidade de transporte representada pela ferrovia reforçou esse caráter. Localmente, as viagens se completavam por transporte em lombo de burros, ou às vezes através de pequenos ramais da estrada de ferro, como era o caso da pedreira. Muitos chacareiros antes localizados em áreas urbanas e que devido a sua expansão foram perdendo espaço nas áreas mais próximas ao centro da cidade, deslocaram-se para os arredores de Itaquera a partir da década de 1920.

¹¹ Vale destacar que a atual estação de Itaquera não se encontra atualmente em sua localização original.

¹² A pedreira Itaquera (que em tupi-guarani significa “rocha dura”), funcionou de 1923 a 1999. Do final de sua exploração até 2006 funcionou como aterro de inertes. Encontrava-se localizada no terreno que hoje fica entre as COHABs e a Arena Corinthians.

A partir de 1930 que a urbanização e a industrialização se intensificam, transformando Itaquera. O local começa a atrair pessoas, em boa parte, operários que trabalhavam em fábricas localizadas nas proximidades da via férrea, como a Mooca, formando um povoado ao redor da estação de Itaquera, com algumas casas, um pequeno comércio e alguns serviços públicos.

Esse é o cenário que observamos no mapa SARA Brasil (Mapa 8), feito com base em levantamento aerofotogramétrico do Município de São Paulo realizado em 1930.

Destaca-se nesse mapeamento a predominância territorial de grandes latifúndios, desmembrados da grande fazenda Caguassú dos tempos coloniais. Aparecem, além da própria Fazenda Caguassú, Fazenda do Carmo, Fazenda Aricanduva e Fazenda Rio das Pedras. Constam do referido mapa indicações da presença significativa de matas e capoeiras¹³ nessas fazendas.

Aparecem também pequenos lotes rurais, indicadores da presença de chacareiros. Parte desses lotes pertencia ao empreendimento rural “Colônia de Itaquera”, com 600 lotes, lançado em 1920 em terras desmembradas da Fazenda Caguassú. Em 1930 nota-se apenas a demarcação de alguns deles. Na “Colônia” se fixariam muitos chacareiros, em sua maioria, imigrantes japoneses.

¹³ Termo brasileiro que designa o terreno desmatado para cultivo. Por extensão, chama-se capoeira a vegetação que nasce após a derrubada de uma floresta. Distinguem-se as formas: capoeira rala; capoeira grossa na qual se encontram árvores; capoeirão, muito densa e alta. Essas formas correspondem a diferentes estágios de regeneração de floresta. “Vegetação secundária que nasce após a derrubada das florestas virgens. Mato que foi roçado, mato que substitui a mata secular derrubada” (Carvalho, 1981).

Assim, o mapa SARA Brasil mostra uma ocupação urbana ainda pouco significativa. Loteamentos próximos à Estação de Itaquera como Vila Santana, Vila Carmosina, têm uma ocupação rarefeita e estão tanto mais adensados quanto mais próximos à estação. Apesar da urbanização incipiente, é nítida uma tendência à sua generalização: notam-se vários loteamentos recém-abertos, mas sem qualquer ocupação. Era o resultado de uma verdadeira “corrida” à produção de loteamentos, que se verificou nas primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo e em seus arredores, sem, no entanto, corresponderem a uma efetiva demanda e que levariam décadas para serem ocupados. (LANGENBUCH, 1971).

Ainda se destaca a presença de pequenas estradas ligando Itaquera a bairros já inseridos na malha urbana, como Penha e Vila Carrão, sendo a (antiga) Estrada Rio - São Paulo a de maior porte. Esta, porém, passando alguns quilômetros ao norte (São Miguel), só indiretamente servia a Itaquera. Estradas no sentido norte-sul também podem ser observadas ligando, ao norte, Itaquera a São Miguel e, a sul, com outras estradas no sentido leste-oeste, como a que ligava Mogi das Cruzes a São Bernardo.

Inserimos no mapa 8 apresentado acima, o perímetro planejado e implantado para o Parque Linear do Córrego do Rio Verde, pois assim podemos constatar como era a área nessa época e comparar as transformações nessa localidade. Identificamos que a várzea do Córrego do Rio Verde conservava-se natural, representada na carta com alguns pontos, sinalizando que eram áreas de brejo ou alagadiças, característica essa que se replicava as demais áreas de várzeas dessa bacia hidrográfica. O leito do córrego era bem meandrante, havendo pouquíssimas ocupações em seu entorno. As edificações próximas aparentavam ter característica de residências e a área mais adensada na época, nesses arredores é a área ao redor da estação de Itaquera.

Até a chegada da luz elétrica, na década de 1950, Itaquera apresentava, ainda, uma paisagem rural. Predominavam as casas de finais de semana, nas quais as famílias tinham o hábito de manter hortas e hospedar amigos. O clima de Itaquera, recomendado para os portadores de doenças pulmonares, a proximidade da estação de trem e os preços baixos eram destacados nos anúncios de terrenos (LE MOS; FRANÇA, 1999).

Ao redor da estação de Itaquera, havia muitas casas comerciais, nas quais sobressaía a venda de gêneros alimentícios. Destacavam-se as atividades de uma pedreira, próxima à estação, e das olarias nas várzeas do rio Jacu. Contudo, a função de subúrbio dormitório exercida por Itaquera tornava-se cada vez mais nítida. Inicialmente, abrigava os trabalhadores do centro; mas, por volta da década de 1950, com a intensificação da industrialização e em plena era das rodovias, já acolhia trabalhadores de Mogi das Cruzes, Santo André, Itaquaquecetuba e Guarulhos.

A década de 1950 marca a transição de Itaquera: de subúrbio à periferia. Segundo Martins (2001), há uma significativa distinção espacial entre essas situações:

“No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano. A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos [...]” (MARTINS, 2001).

Veremos no item seguinte esse novo momento na produção do espaço de São Paulo e de Itaquera, que chamamos de periferia autoconstruída.

1.2 Periferia Autoconstruída

A grande questão que envolve a periferia autoconstruída é a necessidade de habitação. Na era Vargas (1930-45) a habitação passou a ser vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país. Além disso, a habitação é vista como importante elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador e, portanto, como decisiva na criação do trabalhador-padrão que o regime queria forjar como sua principal base de sustentação política (BONDUKI, 2013).

Contudo, até o início da década de 1940, o mercado rentista (o cortiço e as casas de vila) ainda era a principal alternativa de moradia. Foi a promulgação da Lei do Inquilinato em 1942, que congelou os aluguéis, reeditada até 1964, que

acelerou o processo em curso de expansão periférica e a difusão da ideia da casa própria, uma vez que desestimulou a produção de moradias para aluguel e ocasionou indiretamente grande número de despejos.

A identificação do cortiço¹⁴, resultado da produção rentista da habitação, como causa maior da criminalidade e da delinquência, ia ao encontro do desejo da elite de eliminá-los do centro e da necessidade do empresariado de movimentar o setor da construção civil (BONDUKI, 2013). Ainda segundo este autor havia, portanto uma espécie de consenso entre elite, empresariado e Estado de que a crise da moradia requeria a implantação de um novo modelo de atendimento das necessidades do trabalhador.

A pseudo-solução vislumbrada foi a localização do trabalhador nas franjas ainda rurais ou suburbanas do Município, onde a terra era mais barata, em casas autoconstruídas, o que permitiria a abertura de loteamentos e a venda de terrenos aos trabalhadores à preços mais acessíveis, na medida em que eram desprovidos de infraestrutura. Em uma cidade que se urbanizava rapidamente e que esperava se industrializar sem dispor de grandes volumes de capital, a meta de viabilizar o acesso à casa própria unifamiliar precisava ser cumprida sem exigir aumentos salariais, fazendo com que o trabalhador tivesse que dar conta de sua própria moradia (BONDUKI, 2013). Então:

“(…), em consequência da crise habitacional, da desestruturação do mercado rentista e da incapacidade do Estado em financiar ou promover a produção de moradia em larga escala, consolidou-se uma série de expedientes de construção de casas à margem do mercado formal e do Estado que, de modo sintético, irei chamar de auto-emprego da moradia popular, baseado no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução (BONDUKI, 1992). Esse processo acabou predominando em São Paulo e em grande parte das cidades brasileiras, tornando-se a forma mais comum de moradia dos setores populares.” (BONDUKI, 2013).

A década de 1940 parece ter sido um período de transição no qual foram criadas as condições indispensáveis ao acesso pelo trabalhador, ainda que precário, ao lote periférico, seja do ponto de vista financeiro, por meio de

¹⁴ Forma de moradia muito comum aos trabalhadores no início do século XX, aonde casas tem os seus cômodos alugados, servindo cada um deles como habitação para uma família. Normalmente as instalações sanitárias são compartilhadas. Em São Paulo, a maior parte dos cortiços localizavam-se próximo aos locais de trabalho, numa espécie de substituição e precarização das vilas operárias.

prestações, seja do ponto de vista do transporte, por meio da proliferação dos ônibus.

Durante o período de 1940-50 Itaquera preservou muitas das características descritas no item anterior, que dela faziam uma área suburbana, no qual o espaço em torno da estação via ampliar suas características de centro.

O distrito de Itaquera contava com uma população que ainda representava relativamente pouco diante do conjunto da população paulistana, que já se aproximava de 3 milhões de habitantes em 1960. Ainda sim, de 1940 para 1950 a população de Itaquera duplica, crescimento este bem maior do que o do município. De 1950 para 1960 novamente o fenômeno se repete, com a população duplicando em número, o que revela que, o crescimento foi muito maior na periferia do que na cidade como um todo. (Tabela 1).

Itaquera		São Paulo	
Década	População	Década	População
1940	7.800	1940	1.326.261
1950	15.500	1950	2.198.096
1960	33.750	1960	2.781.446

Tabela 1 - Comparação entre a população de Itaquera e São Paulo nas décadas de 1940 a 1960. Fonte: Lemos e França, 1999 (Adaptado).

Então o Município de São Paulo apresenta, entre as décadas de 1950 e 1960, elevada taxa de crescimento demográfico. Esta população, em grande parte migrante, é atraída pelos empregos oferecidos nas indústrias. Para suprir a oferta insuficiente de habitação, a alternativa encontrada pela população de baixa renda, foi à autoconstrução da casa em loteamentos periféricos, frequentemente irregulares e sem infraestrutura, por conta da conjuntura política brasileira desse período.

Até 1951 Itaquera e Guaianases não dispunham de energia elétrica, o que lhe reforçava a característica de “atrasado”, tendo em vista que as áreas centrais de São Paulo já dispunham desse serviço desde os primeiros anos do século XX. Apesar disso, na planta da cidade de São Paulo e municípios circunvizinhos de 1943, Itaquera surge com diversos loteamentos previstos, dando o estabelecimento para as casas de autoconstrução na região (Mapa 9). Destaca-se que nesse momento, ainda se preserva as várzeas do córrego do rio

verde, não havendo nenhum loteamento projetado para aonde hoje é proposto o parque linear. Percebe-se no mapa que a área urbanizada de Itaquera é descontínua em relação à mancha urbana de São Paulo, separada por grandes vazios, que posteriormente serão parcelados e vendidos.

Mapa 9 – Planta da Cidade de São Paulo e municípios circunvizinhos, 1943. No detalhe, a região de Itaquera e no círculo em verde a área aproximada do parque linear do córrego do rio verde. Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1153. Consultado em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1940.php em 17/06/2016.

No que se refere à “Colônia de Itaquera”, havia aumentado a importância do distrito como fornecedor de frutas e hortaliças, destacado como um dos mais expressivos subúrbios agrícolas de São Paulo, líder na produção de pêssegos e também importante produtor de caqui.

Apesar desses avanços “rurais”, a tendência à urbanização vai se tornando cada vez mais nítida. Um intenso processo de urbanização se deu em parte do território de Itaquera a partir de 1960. Outra parte, contida em grandes fazendas e na “Colônia de Itaquera” permaneceria rural ou simplesmente sem uso.

A urbanização, onde ocorreu, reproduziu um processo que se verificava em várias localidades periféricas da Região Metropolitana de São Paulo. Diante de uma enorme demanda, ampliava-se a oferta de lotes baratos na periferia da cidade, à custa da compra de glebas baratas em áreas quase rurais, e do descumprimento da legislação urbanística em relação aos loteamentos, tanto no que diz respeito à implantação de infraestrutura, quanto às características dos lotes, sistema viário, áreas de uso comum, etc. O resultado foi a produção de territórios de urbanização precária, praticamente desprovidos de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, servidos apenas, e precariamente, por ônibus, no momento inicial de sua ocupação, passando depois a grandes distâncias (BONDUKI, 2004).

Com o tempo, esses loteamentos foram adquirindo uma maior densidade, e por pressões de sua população junto ao poder público, foram sendo obtidos os equipamentos mínimos: água, esgoto, escolas, postos de saúde, melhoria nos transportes, etc.. Tais benfeitorias acabaram por atrair novos moradores, mas também elevaram o preço do solo, fazendo com que muitos não tivessem mais como adquirir um lote naquele território. Segundo Bonduki (2004), essa configuração trouxe para esses bairros a moradia de aluguel, construída pelos moradores mais antigos para obter renda: pequenas casas apinhadas nos fundos dos lotes, ou em lotes inteiros, que contribuíram para adensar os bairros.

Na verdade esses novos loteamentos diferiam dos primeiros que se desenvolveram em torno da estação. Segundo Lemos e França (1999) estes, mesmo que tenham atraído uma população modesta, vieram a constituir espaços em que havia alguma qualidade. A presença da estação significava um ponto de centralidade próximo, ligando a região com alguma regularidade ao local de

trabalho, aos mercados urbanos, e também a cidade, com seus equipamentos e bens. Deste modo, os loteamentos formados ao longo das vias servidas por ônibus, permaneciam durante muito tempo sem formar centralidades, e quando essas surgiam, diluíam-se ao longo dessas vias. Assim, eventuais pequenas concentrações de comércio e serviços, durante longo tempo não vieram a competir com a centralidade criada em torno da estação ferroviária, mesmo quando o trem se transforma em um transporte secundário, já que havia se tornado insuficiente diante da demanda em franca expansão.

Trata-se de um momento de urbanização caracterizado por Lefebvre como implosão-explosão: uma enorme concentração (de pessoas, atividades, riquezas e pensamentos), ao lado de uma imensa explosão, com a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios etc.). Junto com este processo, há um acirramento da dialética, entre o valor de uso e o valor de troca, aplicados ao espaço urbano.

Enquanto isso, as áreas mais próximas dos centros equipados eram retidas para fins especulativos, originando os “vazios urbanos” que, mais cedo ou mais tarde, passaram a receber serviços e infraestrutura gerados pelos poderes públicos. Valorizava-se, assim, vasto estoque de terrenos, que permanecia e permanece vedado à maioria da população. Essa modalidade de produção de espaço – atualmente menos presente no Município da Capital, mas ainda frequente em outras regiões da Grande São Paulo – gera, ao mesmo tempo, extensa especulação imobiliária e segregação socioespacial (DAMIANI, 2005).

Nesse sentido o poder público através da COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação, criada em 1965 com o intuito de resolver o problema da habitação, teve como tônica a opção da aquisição de terras distantes do centro, para a construção de grandes conjuntos habitacionais periféricos, como foi o caso de Itaquera, que veremos no item seguinte sobre a periferia dos conjuntos habitacionais e a favela.

1.3 Periferia dos conjuntos habitacionais e das favelas

Aproximadamente a partir de 1970 inicia-se o momento em que a produção da habitação social produz outro espaço urbano: adensado, normatizado, racional. Segundo Damiani (2004):

“As grandes periferias urbanas definem verdadeiras muralhas para o processo do capital, do ponto de vista da economia urbana; inclusive quando ordenadas, através de políticas estatistas massificantes, como as dos grandes conjuntos habitacionais. As massas populares reunidas podem se apresentar como unidade. (...) A ideia da massificação, associada aos grandes conjuntos habitacionais e com ela uma nova questão sobre as possibilidades e os impedimentos da constituição de um sujeito social e popular urbano. As conjunturas explicam que o processo é um fluxo desigual, preenchido com momentos ápices de riqueza real e formadora de ciclos econômicos positivos, que, no seu bojo, trazem seus próprios limites: a natureza crítica que precipita a superação das fases progressistas, através delas, em direção às crises sociais, econômicas, históricas.”

Deixa-se então de habitar os espaços para utiliza-los de habitat: “(...) Concebem o *habitat*. Até então, ‘habitar’ era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela deixava habitar, permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem”. (LEFEBVRE, 2008). O habitat é justamente não viver o espaço, apenas ocupa-lo.

Esse período o Brasil vive uma ditadura militar repressiva e com os índices de desigualdade social e pobreza aumentando consideravelmente, e a massa de pobres desprovidas das necessidades básicas como a habitação, podem se rebelar. Logo a construção de conjuntos habitacionais nas periferias, o local aonde o preço da terra é barata e possibilita o afastamento das pessoas indesejadas nos locais das elites, são pensados para atender o maior numero de famílias possíveis, mas sem previsão de áreas de lazer e distinções nos projetos.

No final da década de 1970, apesar de já contar com uma população próxima de 200.000 habitantes, Itaquera ainda tinha sérios problemas em sua acessibilidade. O transporte de passageiros por trem era, além de decadente, extremamente congestionado. As viagens por ônibus enfrentavam um sistema

viário descontinuo e deficiente, tornando-se extremamente longas. Além da dificuldade de acesso a região se caracterizava também pela falta de empregos, pela carência de equipamentos e bens urbanos de toda ordem. Ou seja, um bairro sem condições de oferecer uma vida com um mínimo de qualidade urbana a seus habitantes. Essa característica é notável no mapeamento da EMPLASA realizado na década de 1980, conhecido como GEGRAN (Mapa10).

Observamos o enorme adensamento por conta da quantidade de edificações representadas. A área hoje projetada para o Parque Linear do Córrego do Rio Verde começa a ter mais ocupações, e o córrego deixa de ter sua característica meandrante dos anos 1930 e passa a ser canalizado e retificado. As áreas livres dentro de seu perímetro são adquiridas pela COHAB, mas ainda sem um plano para a sua ocupação.

Já no final da década de 1970 a urbanização de Itaquera se ampliou na direção das áreas deixadas vazias das grandes fazendas, abrindo espaço para uma nova forma de morar no bairro: o grande conjunto habitacional. A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – Cohab – SP construiu grandes conjuntos habitacionais em Itaquera em 1975 e 1988: Itaquera I¹⁵ com 12.500 unidades habitacionais e Itaquera II e III¹⁶ com 21.600 unidades habitacionais. Esses conjuntos abrigam uma população de cerca de 20.000 pessoas (Figura 1).

Figura 1 Localização das COHABs. Fonte: Google Maps, 2014.

¹⁵ O conjunto Itaquera I subdivide-se em: Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta (Itaquera IA); Cojunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega (Itaquera IB); e Conjunto Habitacional Padre Manoel de Paiva (Itaquera IC).

¹⁶ Itaquera II e III correspondem às fases de construção de um único conjunto, o Conjunto Habitacional José Bonifácio.

Imagens:
Folhas 431136, 431144, 431145, 431313, 431321 e 431322 do Sistema Cartográfico Metropolitano - SCM da EMPLASA (1980), cedida por SVMA.

--- Perímetro Planejado do Parque
— Perímetro Implantado do Parque

PERÍMETRO SOBRE CARTA EMPLASA
Esc. 1 : 5,000

Na década de 1980, ao integrar ao seu território os conjuntos habitacionais, Itaquera assume definitivamente seu papel de periferia. Nessa mesma década a chegada do metrô constitui o marco de um novo processo de mudança, pois representava um importante avanço na acessibilidade da região, reforçando o que já ocorrera alguns anos antes com a abertura da Avenida Aricanduva. A transformação da antiga Estrada do Pêssego em via expressa na década de 1990 reforçou ainda mais essa tendência.

Naquele momento a população procurava novos espaços para ocupar, diante de uma crise econômica, num cenário de desemprego, salários rebaixados e inflação. A periferia, então, se expandiu e o trabalhador se viu sujeito à pauperização absoluta ou relativa, e a um processo de “espoliação urbana” no qual a ausência de bens de consumo coletivo aprofundou as suas precárias condições de sobrevivência. Nessas condições, resultado de um “modelo de ordem social” de características selvagens para a força de trabalho, somente um Estado de “feições nitidamente autoritárias e repressoras” seria capaz de controlar os conflitos sociais. (KOWARICK, 1979).

E justamente aqueles que não conseguiram sua moradia através dos conjuntos, vão buscar uma forma de habitação nas favelas. Segundo Bonduki (2004), era a opção que restou para os que não queriam ou não podiam pagar aluguel – a favela passou a ocupar os interstícios vazios dos loteamentos periféricos, quase sempre áreas públicas, muitas vezes coincidentes com as faixas ao longo de córregos previstas em lei como de preservação ambiental.

Em Itaquera, segundo o site do HABISP (<http://www.habisp.inf.br/mapa>), atualmente existem umas 24 áreas indicadas como “aglomerados subnormais” conforme categorização do IGBE para as favelas (Figura 2).

Figura 2 – Localização das favelas na subprefeitura de Itaquera (perímetro em vermelho). Fonte: HABISP, 2016.

Uma destas favelas que surge em Itaquera e situa-se em área prevista para o Parque Linear do Córrego do Rio Verde, é a Favela da Paz. Essa favela, como veremos com maiores detalhes no capítulo 3, vive sobre constante ameaça de serem expulsas do local aonde moram sem garantia de uma outra habitação. Segundo documento da Assessoria Técnica PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais:

“Os primeiros barracos da Favela da Paz foram construídos em 1991 terreno de propriedade da COHAB-SP, encravado entre o viaduto que liga o pátio de manobras do metrô à estação Corinthians-Itaquera e o Rio Verde. Atualmente estima-se que 300 famílias vivam no local, em condições gerais de alta precariedade urbana e habitacional: acesso por becos e vielas, abastecimento de água e de energia elétrica improvisados, sem rede de coleta de esgoto. Apenas cerca de 20% das casas são em madeira — estão concentradas sob o viaduto e nas margens do córrego — mas mesmo as casas de alvenaria são bastante precárias, poucas têm estrutura mais sólida, cobertura de laje ou revestimentos e apresentam condições inadequadas de habitabilidade, com instalações, iluminação e ventilação naturais deficientes. Ao longo desses mais de vinte anos de existência, a comunidade não foi incluída em nenhum processo de urbanização e jamais recebeu qualquer tipo de assistência por parte do poder público. No contexto de intervenção urbana na região, a ameaça mais direta de remoção passa pela implantação do Parque Linear do Rio Verde. As obras do Parque estão praticamente à porta da favela e o projeto apresentado pelos órgãos públicos até aquele momento mostrava que a área seria removida integralmente e incorporada ao parque, que seguiria sobre outras comunidades implantadas nas margens do rio. A perversidade nesse caso é justamente o fato de que um Parque, ou mesmo a construção dos equipamentos públicos no Polo Tecnológico, cujos canteiros fazem divisa com a favela, são intervenções que se justificariam pelo interesse público e ainda implicariam na eliminação das chamadas “áreas de risco”, como se esse fosse um zelo pela segurança das famílias. Afinal, quem vai se opor a isso?” (COSTA e SOUZA, 2014)

Foto 1 – Favela da Paz em Itaquera. 2012. Fonte: Autora.

Diante da descrição e da foto 1 acima, observamos as características dessa favela, de beira de córrego, com alguns barracos de madeira e outros de alvenaria, em condições completamente precárias, insalubre a vida humana.

Esse contexto nos leva ao momento atual de Itaquera: a periferia vista como nova fronteira de negócios.

1.4 A nova fronteira de negócios

A partir dos anos 2000 inicia-se um novo momento da produção do espaço em Itaquera, fomentada pelas políticas públicas pensadas para a região. Seu papel é o da Zona Leste enquanto periferia dormitório dos centros produtivos da cidade já vinha sendo questionado face às restrições de mobilidade na cidade de São Paulo, mesmo com a ampliação e melhorias dos sistemas de transporte de alta capacidade, casos do Metrô e dos trens da CPTM. Não por acaso, o Shopping Metrô Itaquera foi inaugurado e o Polo Institucional de Itaquera está sendo implementado.

A construção do Estádio Arena Corinthians, concluída em 2014, soma-se a esse processo de valorização e consolidação do centro de Itaquera como um polo de desenvolvimento da região. Contudo, e da mesma forma, ao seu impacto no ambiente urbano local somam-se as necessidades de ampliação e melhoria das infraestruturas urbanas criadas pelas demais intervenções.

A Copa do Mundo capitalizou o processo, gerando a justificativa para a os investimentos numa região que é periférica, colocando-a como uma nova fronteira para negócios urbanos. Para o Sport Club Corinthians Paulista¹⁷, o sonho de um estádio próprio é antigo, e a realização só foi possível desde que articulada à possibilidade deste estádio sediar a abertura da copa, depois da recusa da FIFA pela realização no estádio do Morumbi, este localizado em bairro de região nobre da cidade de São Paulo.

Nessa década foi inaugurada a linha de trem Itaquera-Guaianases desativando o trajeto da antiga estrada de ferro, tirando a linha férrea do centro do bairro e dando lugar para a construção da Nova Radial Leste, que conectou Itaquera à bairros mais centrais da zona leste, como Tatuapé e Carrão. A demolição da estação e da estrada de ferro que por ali passava, representou a perda de importante registro histórico, de caracterização e de memória do lugar. As pistas da Nova Radial Leste constituem um corte mais agressivo que o da antiga estrada de ferro, reforçando o retalhamento dos espaços que compõem a área central de Itaquera.

A legislação urbanística nesse período também denota a intenção de transformação do poder publico para a região. Inicialmente é lançada a Operação Urbana Consorciada¹⁸ Rio Verde - Jacú (atualização da Lei nº 13.872/2004), com essa intensão. Um tempo depois publica-se o Programa de Desenvolvimento da Zona Leste, que envolve as leis de incentivos seletivos (Lei nº 14.654 de 2007 e Lei nº 14.888 de 2009) que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais, por meio da possibilidade da emissão de títulos, chamados de certificados de incentivos ao desenvolvimento. Com a emissão desses títulos, os empreendedores têm incentivos como a isenção ao ISS - imposto sobre serviços de qualquer natureza. Atualmente apesar da Operação Urbana Consorciada Rio Verde - Jacú ser uma lei em vigor, na pratica não tem se efetivado, deixando

¹⁷ Clube multi-esportivo brasileiro com sede na cidade de São Paulo. Seu esporte mais famoso é o futebol.

¹⁸ Segundo o site da SPUrbanismo: "As Operações Urbanas visam promover melhorias em regiões pré - determinadas da cidade através de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada. Cada área, objeto de Operação Urbana, tem uma lei específica estabelecendo as metas a serem cumpridas, bem como os mecanismos de incentivos e benefícios." Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/index.php?p=19525 acesso em 27/06/2016.

apenas para a lei de incentivos seletivos a possibilidade de desenvolvimento econômico na região.

Houve também a construção e inauguração do Shopping Metrô Itaquera, ao lado da estação de metrô Corinthians-Itaquera em 2007. A efetivação de implantação do Parque Linear do Rio Verde surgiu naquele momento com o Termo de Compromisso Ambiental – TCA do referido shopping. No mesmo período, começou a ser inaugurada uma série de edifícios de padrão médio, voltados às demandas da classe média baixa. E nesse momento de ascensão social e encarecimento do padrão de vida no bairro é que se anunciou a construção do estádio Arena Corinthians, palco de abertura da Copa do Mundo FIFA de 2014.

Segundo a PMSP, o polo institucional e tecnológico de Itaquera é o cartaz principal dessas transformações desejadas, que tornará a região dinâmica com uma economia própria. Trata-se de uma serie de intervenções que preveem a instalação de equipamentos públicos e de educação, como Fórum, Rodoviária, FATEC/ETEC, como podemos observar na figura 3. E também faz parte do polo institucional e tecnológico o Parque Linear do Córrego do Rio Verde (Figura 3).

Figura 3 – Polo Institucional e Tecnológico de Itaquera, situação desejada em 2011. Fonte: PMSP/SVMA, 2011.

No Plano de Desenvolvimento da Zona Leste considerou-se a instalação do estádio como uma alavanca para a atração de investimentos: “(...)se bem conduzidos, a implantação do Polo Institucional e Tecnológico; a construção do estádio do Sport Clube Corinthians Paulista; e, o evento de abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014, podem se constituir em oportunidade capaz de alavancar esse projeto de desenvolvimento econômico sustentável para a Zona Leste (...)”. (Trecho de texto do poder público em Tramitação Interna de Documento – TID nº 9269837 em 27/06/2012 assinado por técnico da SVM/PMSP).

Para buscar compreender a situação atual nestes distritos, foram selecionados os dados estatísticos de Itaquera através das UIT - Unidades de Informações Territorializadas¹⁹, elaborados pela EMPLASA, trazem para números uma parte da realidade. Com esses dados é possível realizar uma análise quantitativa de como está Itaquera a partir dos anos 2010.

Características da População - Itaquera			
Dados socioeconômicos	Grupos	N^{os} Absolutos	
		2000	2010
Grupos Etários	0 A 6 Anos	3.753	3.517
	7 a 14 Anos	3.986	4.220
	15 a 17 Anos	1.681	1.546
	18 a 24 Anos	4.100	3.628
	25 a 64 Anos	14.559	18.161
	65 Anos e Mais	1.522	2.349
	Não Alfab. 15 anos e mais	1.159	715
	Residente 15 anos e mais	21.862	25.684
Escolaridade do Responsável	Nenhuma	591	-
	Primário	2.130	-
	Fundamental	2.662	-
	Médio	1.869	-
	Superior	834	-
Renda em Salários Mínimos do Responsável	Sem rendimento	685	1.965
	Até 1	610	1.282
	Mais de 1 a 3	1.882	3.937
	Mais de 3 a 5	1.702	1.577
	Mais de 5 a 10	2.168	1.055
	Mais de 10 a 20	806	140
	Mais de 20	233	20

Tabela 2 – Dados UIT 250 Itaquera – Dados da população. Fonte: EMPLASA, 2010.

¹⁹ Constituem recortes territoriais em nível intraurbano que respeitam os limites oficiais do município, em uma área menor que o distrito (cerca de 31 mil domicílios) e maior que os Setores Censitários (cerca de 300 domicílios) e compõem bases de dados de várias fontes destacando-se o Uso do Solo, Setores Censitários, Zonas Origem-Destino, Informações Ambientais, Informações do Cadastro Rgis: Estabelecimentos e Empregos e Equipamentos Sociais e Infraestrutura.

A média da idade dos habitantes do distrito Itaquera é 36,1 anos, como vemos na tabela 2. Em se tratando de níveis sociais, há um predomínio da Classe C, representando 58% da população com renda na faixa de 1 a 3 salários mínimos, o que caracteriza a área como concentradora de uma população com baixos rendimentos.

Temos então uma população em sua maioria jovem, trabalhadora com renda até 3 salários mínimos. Na tabela 3 temos os dados dos domicílios. Essa população mora na maioria em casas, na media com 3 moradores, com 1 banheiro e acesso a rede de agua e esgoto. Essa é a característica da classe trabalhadora residente na periferia. Mas há um crescimento, nos últimos 10 anos do número de apartamentos, o que indica a expansão da verticalização. Além disso, também cresceu bastante o número de pessoas morando em apenas um cômodo, o que caracteriza a expansão de precárias condições de habitação.

Com esses dados podemos compreender o perfil populacional e quais são as necessidades mais prementes da população para a melhoria da qualidade de vida e quebra de paradigma com o habitat.

Características dos Domicílios - Itaquera			
Dados socioeconômicos	Grupos	N^{os} Absolutos	
		2000	2010
Por Tipo	Casa	7.367	7.959
	Apartamento	651	1.385
	Cômodo	68	379
Quantidade de Moradores	1 morador	619	968
	2 moradores	1.389	2.168
	3 moradores	1.926	2.659
	4 moradores	2.065	2.223
	5 moradores	1.175	1.208
	6 ou mais moradores	912	747
Abastecimento de Água	Rede Geral	8.055	9.952
	Poço ou Nascente	12	2
	Outros	19	19
Esgotamento Sanitário	Rede Geral ou Pluvial	7.051	8.808
	Fossa Séptica	312	190
	Outros	712	968
	Sem Banheiros e sem Sanitários	11	7
Quantidade de Banheiros	Sem Banheiro	86	258
	1 Banheiro	6.041	6.752
	2 Banheiros	1.560	2.374
	3 Banheiros	308	449
	4 Banheiros	73	110
	5 ou mais Banheiros	18	30

Tabela 3 - Dados UIT 250 Itaquera – Características dos domicílios. Fonte: EMPLASA, 2010.

Este capítulo tratou dos momentos da produção do espaço em Itaquera, de subúrbio para a periferia autoconstruída, seguida da periferia dos conjuntos e das favelas, para que possamos compreender a inserção do parque linear do Córrego do Rio Verde no momento atual. No próximo capítulo, veremos as políticas de implantação de parques na cidade inseridas na produção do espaço.

CAPITULO 2: Os Parques públicos de São Paulo

Nesse capítulo apresentaremos o tema sobre a implantação dos parques públicos no município de São Paulo. Podemos considera-los como um rico objeto de estudo que revela importantes aspectos da produção do espaço no processo de urbanização de São Paulo, destacando-se a questão ambiental e a segregação espacial inerente ao modo de produção capitalista da cidade. (BURGOS, 2003). Assim o estudo geográfico dos parques possibilita o entendimento dos rompimentos e das continuidades no processo de produção do espaço urbano, que não acontece sem haver conflitos e revelam o paradoxo vivido na sociedade.

Dessa maneira elucidaremos a questão por meio das políticas públicas dos parques na cidade e seus diferentes momentos de implantação, considerando a legislação pertinente.

2.1 As políticas públicas de parques na cidade

A análise do processo de criação, dos usos e significados dos parques públicos urbanos, depende da compreensão a partir dos conteúdos da própria urbanização, que envolve a elaboração e aplicação de políticas públicas para a implantação de parques. Segundo Burgos (2003) existem várias conceituações para parques urbanos, através de diversos autores. Faremos um arrazoado desses conceitos conforme apresentado por Burgos. Percebe-se claramente a dificuldade em conceituação, e os diversos olhares para o tema dos parques urbanos.

Alvarenga (2002, apud BURGOS, 2003) formula duas definições com relação ao parque urbano. A primeira se refere ao que denomina “parques urbanos convencionais” que são públicos e dispõe de área de caminhada, bancos, vegetação arbórea e arbustiva e, vez por outra um ‘playground’ e/ou uma quadra poliesportiva. Na segunda, o autor afirma: ousamos elaborar um conceito mais completo e próprio para os parques urbanos, que segundo nossa concepção seria um espaço livre público, com evidentes inserções de áreas verdes, propiciando ao público lazer ativo e passivo como contraponto à sociedade

transitória e a evolução urbana.

Silveira (2003, apud BURGOS, 2003) aponta a dificuldade na definição de parque, pois a bibliografia de referência mostra uma certa confusão conceitual que o aproxima de outros espaços livres como praça e jardim. Assim, define: os parques urbanos como centros de lazer e recreação que se caracterizam pela atmosfera de relaxamento, permanecendo espaços públicos que ainda possuem qualidades que outrora grande parte das ruas da cidade de São Paulo apresentavam, como lugar de convivência, de encontro e de passeio. Nesse sentido, têm especial função neste conglomerado urbano adensado e opressivo, enquanto espaços privilegiados que despertam a percepção e contemplação, onde o cidadão encontra uma espécie de refúgio de seu cotidiano tumultuado.

Para Antas Jr (1995, apud BURGOS, 2003), o entendimento é de um espaço público de lazer. Na análise desse autor há a predominância no referencial teórico pela obra de Milton Santos, com ênfase ao chamado período técnico-científico-informacional. O parque objeto técnico que imita a natureza, ou melhor, produz a natureza perfeita, é de forma crescente uma necessidade urbana, sendo eles cada vez mais elaborados. Antas Jr (1995) afirma que os espaços públicos de lazer são objetos técnicos que atuam como parte das estruturas de enquadramento, e, em conjunto com sistemas de ações deliberadas, agem sobre 'a mente' dos indivíduos e induzindo a comportamentos passivos e retardando a possibilidade de 'ação' (SANTOS, 1990 apud Antas Jr).

Kliass (1993 apud BURGOS, 2003) tem uma definição bem sucinta: Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação.

Em Bartalini (1996 apud BURGOS, 2003) também há a "confusão" em torno dos conceitos de parque e jardim. O verbete parque está comumente associada a uma área relativamente extensa, cercada e arborizada, com destaque para os atributos físicos-naturais. Afora esta noção generalizada, o autor nos chama a atenção para o fato de que, "a investigação não pode ater exclusivamente ao mundo das ideias, mesmo porque os parques (equipamentos públicos urbanos que se difundiram mundialmente a partir das experiências

inglesas, francesas e norte-americanas), nasceram de ações concretas, levadas a efeito em realidades geográfica e historicamente específicas”.

De acordo com Jacobs (2001 apud BURGOS, 2003), os parques são locais efêmeros. A autora nos propõe que pensemos sobre os parques não como uma espécie de dádiva conferida à população das cidades, mas sim que os imaginemos carentes da dádiva da vida e da aprovação conferida a ‘eles’. Isto está de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso.

Embora denominados de “públicos”, os parques tratam-se de um espaço de acesso controlado, de comportamento vigiado, um mundo à parte (Segawa, 1996). Isso porque eles são áreas cercadas com um uso normativo e horários específicos para o acesso e em portões determinados. É público, pois tem a premissa de que todos podem entrar, mas não de qualquer jeito a qualquer hora.

Diante do apresentado, entendemos que os parques urbanos são equipamentos públicos regulados e instalados pelos órgãos governamentais que se utilizam de características naturais do espaço, como a vegetação, para ser o seu principal atrativo, mas com necessidade de uso comumente para o lazer, seja ele contemplativo da própria paisagem natural ou o que envolva a prática de esportes ao ar livre.

Nesse sentido, dividimos a implantação de parques em São Paulo por períodos em que as políticas públicas priorizaram algumas destas características. Em um primeiro momento, a política estava voltada para o ajardinamento da cidade, depois o foco se torna os espaços para o lazer e por último uma noção de proteção à biodiversidade atinge força nos planejamentos ambientais da cidade, e paralelamente o mercado imobiliário vê essa etapa como possibilidade de valorização espacial. Quando necessário recorreremos à legislação pertinente para explicar os acontecimentos.

Segundo Klias (1993), a evolução dos parques esteve intimamente relacionada com a cidade que se queria viver e os modelos internacionais colocados para São Paulo. As propostas de desenho para parques vinham dos modelos de intervenção nas cidades europeias e americanas.

Os parques ingleses, por exemplo, foram criados a partir de dois processos distintos: a absorção dos grandes espaços representados pelo jardim dos palácios que foram abertos ao público; e empreendimentos imobiliários promovidos pela iniciativa privada, os “square”. E o primeiro parque de São Paulo, o Jardim Público, hoje Parque da Luz, que data de 1825, foi implantado dentro dessa lógica de jardim particular aberto a população, com influência inglesa.

Essa concepção de parques em São Paulo toma força a partir da Primeira Guerra Mundial (1911-1914), com surtos de modelos de urbanização em que os parques ganham muita importância e uma nova linguagem paisagística correspondente às tendências nas artes e na arquitetura Art Decó²⁰.

Aos poucos as potenciais áreas destinadas a parques vão sendo incorporadas ao uso urbano como, por exemplo, as áreas marginais dos rios vão sendo apropriadas e incorporadas às avenidas marginais. É o caso também do Parque Dom Pedro II, que como o próprio nome diz, era parque, mas foi transformado em sistema viário restando apenas canteiros centrais.

No contra-fluxo dessa tendência, é inaugurado o Parque Ibirapuera, em 1954, em um enorme terreno e até hoje um dos maiores parques urbanos de São Paulo, entregue a população no bojo das comemorações do IV Centenário de São Paulo. A entrega desse parque marca o momento de implantação de parques voltados para o lazer.

Mas foi no final da década de 1960 e início dos anos 1970 que se começou a planejar áreas e espaços verdes para recreação, baseado na necessidade de dar conta de equipamentos e áreas de lazer para uma população que crescia vertiginosamente. Entre 1967 e 1969, desenvolveu-se o Plano de Áreas Verdes de Recreação, baseado na necessidade de diagnosticar a realidade urbana, que resultou em uma divisão da cidade em 25 zonas, cada uma delas com propostas de implementação de áreas verdes de recreação, obedecendo algumas tipologias: parque de vizinhança, parque de bairro, parque setorial e

²⁰ Art Déco é um estilo artístico de caráter decorativo que surgiu na Europa na década de 1920, atingindo os Estados Unidos e outros países do mundo na década de 1930. Este estilo esteve presente na arquitetura, design industrial, mobiliário, moda e decoração. Suas principais características são: linhas circulares ou retas estilizadas; uso de formas geométricas; design abstrato; formas femininas e animais; influências do construtivismo, futurismo e cubismo.

parque metropolitano. O dimensionamento dos parques resultou dos estudos de demanda para atender a comunidade do entorno.

O plano definia um sistema integrado de parques que previa 29 parques setoriais distribuídos pela malha urbana, onde os de maior escala poderiam conter funções não atendidas pelos de menor escala.

A década de 1970 representa uma volta à inauguração de parques em diversas regiões da cidade, embora, de forma diferente da planejada, ocorrendo geralmente nos espaços cedidos pelos novos empreendimentos imobiliários que compunham a expansão da mancha urbana.

Os parques públicos urbanos apresentarão as contradições de um modo de produzir o espaço, que passará a se “preocupar” com o lazer – e conseqüentemente com os espaços destinados a este fim, mas que, entretanto manterá o status quo de uma sociedade desigual, concentradora de riquezas, multiplicadora da miséria. Antas Jr (1995) afirma que:

“A análise da produção dos espaços de lazer, portanto, não possui valor explicativo algum sem a sua inserção no conjunto da produção social do espaço urbano. Os parques, centros esportivos, centros de lazer, balneários públicos etc. exercem a “função específica” de lazer, fundamentada por lei. Este atributo que os diferencia do papel plural que exercem as praças, largos e espaços livres, permite expressar a importância que o lazer assume com o desenvolvimento da produção do espaço urbano e conseqüente complexização das relações sociais de produção, pois somente através da oscilação destes, por exemplo, é possível mensurar a importância que o Estado confere ao lazer, independente da demais áreas serem apropriadas com o mesmo fim.”

Em todas essas disposições, cumpre não esquecer a conservação e criação de espaços livres, de centros de vegetação, de reservatórios de ar na regulação microclimática. Quanto mais a população aumentará, maior será a densidade de aglomeração, mais crescerá o número de construções, mais alto subirão os edifícios, maior se imporá a urgência de espaços livres, de praças públicas, de squares, de jardins, de parques... (Toledo, 1981 Apud Yázigi, 2000). Esse é o momento em que se valoriza a questão da biodiversidade e os parques são concebidos de forma a valorizar a recuperação de vegetação nativa, eliminando-se as plantas exóticas e os equipamentos e intervenções são

minimizados para evitar impactos nestes ecossistemas.

Os parques públicos urbanos se transformam, revelando os conteúdos dos sentidos dos espaços públicos da cidade de São Paulo, tornando-se registros de tempos passados e indicadores do drama social urbano que se coloca no presente, como um alerta para o futuro. De um lado, como nos mostra Caldeira (2000),

“Os poucos grandes parques da cidade são usados intensivamente e de maneira bastante democrática. Quando localizados na periferia, como o Parque do Carmo, os usuários tendem a ser das camadas trabalhadoras, mas o Ibirapuera e o Morumbi, ambos em bairros de classe média e alta, são usados por pessoas de todas as classes sociais. Apesar de em sua maioria serem cercados (todos) por grades, eles representam as poucas áreas verdes que a cidade ainda tem. Nos últimos anos, esses parques têm sido apropriado por milhares de pessoas que vão lá especialmente nos fins de semana, para correr, andar de bicicleta, patinar, jogar bola ou simplesmente estar ao ar livre. Esses oásis de uso intensivo e diversificado são poucos em São Paulo e é interessante que eles sejam espaços usados para o lazer das massas.”

De fato existe um drama de se viver na cidade, onde a redefinição dos espaços públicos e privados, talvez nunca com tamanha intensidade, estão no sentido da reprodução capitalista, tornando complexa e fragmentada a experiência da vida urbana.

Na segunda metade dos anos 2000 chegamos ao momento atual de implantação de parques na cidade de São Paulo, nos quais estes equipamentos são considerados peças-chave de um processo de valorização espacial. Neste contexto tem-se um grande investimento do Estado no seu planejamento e execução.

Até o ano de 2003, São Paulo contava com 35 parques municipais. Em 2016, são 105 parques, contando com a recente inauguração do Parque Chácara do Jockey. (Tabela 4). Alguns parques constam como implantados no Guia de Parques de São Paulo – 3ª edição atualizada e revisada de 2012, no entanto não consta a data de implantação ou inauguração de todos eles, por esse motivo consta em alguns parques “sem informação” a coluna “Ano da Implantação ou inauguração”. Mas sabemos que esses foram implantados após 2003, pois não

constam na listagem apresentada em Burgos(2003) e Antas Jr (1995).

	Parque	Ano da Implantação ou inauguração	CATEGORIA
1	LUZ	1825	URBANO
2	TENENTE SIQUEIRA CAMPOS (Trianon)	1892	URBANO
3	ECOLOGICO DE CAMPO CERRADO DR. ALFREDO USTERI (CERRADINHO)	1911	URBANO
4	BUENOS AIRES	1913	URBANO
5	ACLIMACAO	1939	URBANO
6	IBIRAPUERA	1954	URBANO
7	ALFREDO VOLPI	1966	URBANO
8	CEMUCAM *	1968	URBANO
9	RESERVA DO MORUMBI	1971	URBANO
10	GUARAPIRANGA	1974	URBANO
11	DO CARMO	1976	URBANO
12	PIQUERI	1978	URBANO
13	PREVIDENCIA	1979	URBANO
14	NABUCO	1979	URBANO
15	VILA DOS REMEDIOS	1979	URBANO
16	ANHANGUERA	1979	URBANO
17	SAO DOMINGOS	1979	URBANO
18	RODRIGO DE GASPERI	1980	URBANO
19	RAPOSO TAVARES	1981	URBANO
20	LIONS TUCURUVI	1987	URBANO
21	TROTE	1988	URBANO
22	INDEPENDENCIA	1989	URBANO
23	CHICO MENDES	1989	URBANO
24	RAUL SEIXAS	1989	URBANO
25	SEVERO GOMES	1989	URBANO
26	LUIZ CARLOS PRESTES	1990	URBANO
27	JARDIM FELICIDADE	1990	URBANO
28	SANTO DIAS	1991	URBANO
29	SANTA AMELIA	1992	URBANO
30	CIDADE DE TORONTO	1992	URBANO
31	DOS EUCALIPTOS	1995	URBANO
32	BURLE MARX	1995	URBANO
33	LINA E PAULO RAIA	1997	URBANO
34	CHACARA DAS FLORES	2002	URBANO
35	NATURAL MUNICIPAL FAZENDA DO CARMO	2003	NATURAL
36	COLINA DE SAO FRANCISCO	2005	URBANO
37	ERMELINO MATARAZZO (DOM PAULO EVARISTO ARNS)	2005	URBANO
38	ECOLOGICO PROFESSORA LYDIA NATALIZIO DIOGO	2005	URBANO
39	LINEAR IPIRANGUINHA	2007	LINEAR
40	LINEAR NOVO PARELHEIROS	2007	NATURAL
41	LINEAR TIQUATIRA - ENGENHEIRO WERNER ZULAUF	2007	LINEAR
42	DO CORDEIRO - MARTIN LUTHER KING	2007	URBANO
43	LINEAR ARICANDUVA FASE 1 - VIADUTO BADRA	2008	LINEAR
44	LINEAR DO CORREGO RAPADURA	2008	LINEAR
45	LINEAR SAO JOSE FASE 1	2008	LINEAR

46	SHANGRILA	2008	URBANO
47	VILA DO RODEIO	2008	URBANO
48	LINEAR ITAIM PAULISTA	2008	LINEAR
49	QUISSISSANA (RESERVA)	2008	URBANO
50	MARIO PIMENTA CAMARGO (POVO)	2008	URBANO
51	VICTOR CIVITTA	2008	URBANO
52	LINEAR FOGO	2008	LINEAR
53	JACINTO ALBERTO	2008	URBANO
54	CASTELO (ORLA DO GUARAPIRANGA)	2008	LINEAR
55	CONSCIENCIA NEGRA	2009	LINEAR
56	ZILDA NATEL	2009	URBANO
57	JACQUES COUSTEAU	2009	URBANO
58	LINEAR SAPE	2009	LINEAR
59	LINEAR GUARATIBA FASE 1	2009	LINEAR
60	LINEAR AGUA VERMELHA FASE 1	2009	LINEAR
61	CENTRO EDUCATIVO, RECREATIVO E ESPORTIVO DO TRABALHADOR - CERET	2009	URBANO
62	BARRAGEM DE GUARAPIRANGA	2009	URBANO
63	PRAIA DE SAO PAULO (PRAIA DO SOL FASE 1) (ORLA GUARAPIRANGA)	2009	URBANO
64	VILA SILVIA FASE 1	2009	URBANO
65	PINHEIRINHO D'AGUA	2009	URBANO
66	TENENTE BRIGADEIRO ROBERTO FARIA LIMA	2009	URBANO
67	LEOPOLDINA - ORLANDO VILLAS-BOAS FASE 1	2010	URBANO
68	LINEAR DO CORREGO DO BANANAL/CANIVETE FASE 1	2010	URBANO
69	LAJEADO - IZAURA PEREIRA DE SOUZA FRANZOLIN	2010	URBANO
70	PREFEITO MARIO COVAS	2010	URBANO
71	AMERICA	2010	LINEAR
72	ZILDA ARNS (NILO COELHO/JARDIM SAPOPEMBA) FASE 2	2010	LINEAR
73	DA CIENCIA	2011	URBANO
74	GUANHEMBU	2011	URBANO
75	LINEAR MONGAGUA	2011	LINEAR
76	BENEMERITO JOSE BRAS	2011	LINEAR
77	NATURAL MUNICIPAL BORORE (RODOANEL)	2012	NATURAL
78	NATURAL MUNICIPAL VARGINHA (RODOANEL)	2012	NATURAL
79	NATURAL ITAIM (RODOANEL)	2012	NATURAL
80	NATURAL MUNICIPAL JACEGUAVA (RODOANEL)	2012	NATURAL
81	GUABIROBEIRA	2012	URBANO
82	JARDIM DA CONQUISTA	2012	URBANO
83	LINEAR RIO VERDE	2012	LINEAR
84	CHACARA DO JOCKEY	2016	URBANO
85	PARQUE DAS AGUAS	Sem informação	URBANO
86	ZILDA ARNS (NILO COELHO/JARDIM SAPOPEMBA) FASE 1	Sem informação	URBANO
87	SAPOPEMBA (ATERRO)	Sem informação	URBANO
88	COHAB RAPOSO TAVARES FASE 1 (JULIANA DE CARVALHO TORRES)	Sem informação	URBANO
89	NOVE DE JULHO (ORLA DO GUARAPIRANGA)	Sem informação	URBANO
90	CANTINHO DO CEU FASE 1	Sem informação	URBANO
91	SETE CAMPOS	Sem informação	LINEAR
92	ECOLOGICO CENTRAL ITAIM FASE 1	Sem informação	URBANO

93	AREA PRESERVACAO SAVOY CITY	Sem informação	URBANO
94	SENA	Sem informação	URBANO
95	JARDIM DAS PERDIZES	Sem informação	URBANO
96	ALTOS DA BARONESA	Sem informação	URBANO
97	JARDIM HERCULANO	Sem informação	URBANO
98	MBOI MIRIM	Sem informação	URBANO
99	LINEAR DO RIBEIRAO CAULIM FASE 1	Sem informação	LINEAR
100	SENHOR DO VALE	Sem informação	URBANO
101	LINEAR INVERNADA	Sem informação	LINEAR
102	LINEAR VARZEA DO TIETE - NUCLEO ANTONIO ARNALDO/VILA JACUI	Sem informação	LINEAR
103	VILA JACUI (JARDIM PRIMAVERA) FASE 1	Sem informação	LINEAR
104	CASA MODERNISTA	Sem informação	URBANO
105	LINEAR TABOAO	Sem informação	LINEAR

* Territorialmente o CEMUCAM localiza-se no município de Cotia, mas sua gestão pertence ao município de São Paulo.

Tabela 4 – Parques municipais de São Paulo. Fonte: SVMA (2016)

O aumento expressivo de número de parques em 14 anos pode ser explicado pela implementação do programa 100 Parques para São Paulo. Trata-se de um programa que entra no contexto de discussão no século XXI de “preservação” da natureza para transformar as cidades em “sustentáveis” trazendo o verde novamente para o urbano. O programa criado em 2008, visou aumentar as áreas verdes e para isso propôs intervenções nas regiões da Borda da Cantareira, na zona norte da cidade, nas represas Billings e Guarapiranga, na zona sul e na região das Nascentes do Aricanduva, na zona leste. No projeto diz que os critérios de escolha da localização para implantação dos futuros parques é embasada na identificação de áreas públicas existentes, assim como áreas ambientalmente frágeis, principalmente concentradas nos extremos sul e norte do município, bem como aquelas produtoras de água e de fundos de vale. Essa política seguiu a diretriz do anterior Plano Diretor da cidade de São Paulo (Lei nº 13.430/2002) que colocava a rede hídrica como estruturadora do urbano e por isso áreas prioritárias de intervenção.

Observamos também que surgem novas categorias de parque: Natural e Linear. Importante essa diferenciação das categorias de parques, pois em seus primórdios, todos os parques implantados eram urbanos. A figura de categorias de parques surge no PDE anterior, Lei 13.430/2002, revogado pelo atual PDE revisado em 2014 e os conceitos surgem em sua legislação. A lei 16.050/2014, atual PDE, preconiza que:

“Parque Natural Municipal é uma unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (conforme Quadro 1 – Definições).

São parques previstos pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação e tem como premissa a proteção integral de áreas consideradas de relevância natural para a proteção da biodiversidade, não sendo pensado para um uso extensivo, na verdade é para um uso bem restrito e controlado, cumprindo unicamente a função de preservação ambiental.

A definição de parque linear está no Título III – Da política e dos sistemas urbanos e ambientais, capítulo VI – do Sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres, seção IV – dos Parques Linear no artigo 273 da Lei 16.050/2014 – PDE, conforme segue o artigo na íntegra:

Art. 273. Os parques lineares são intervenções urbanísticas associadas aos cursos d'água, principalmente aqueles inseridos no tecido urbano, tendo como principais objetivos:

- I - proteger e recuperar as áreas de preservação permanente e os ecossistemas ligados aos corpos d'água;
- II - proteger, conservar e recuperar corredores ecológicos;
- III - conectar áreas verdes e espaços públicos;
- IV - controlar enchentes;
- V - evitar a ocupação inadequada dos fundos de vale;
- VI - propiciar áreas verdes destinadas à conservação ambiental, lazer, fruição e atividades culturais;
- VII - ampliar a percepção dos cidadãos sobre o meio físico.

§ 1º Os parques lineares são parte integrante do Programa de Recuperação Ambiental de Fundos de Vale e sua plena implantação pressupõe a articulação de ações de saneamento, drenagem, sistema de mobilidade, urbanização de interesse social, conservação ambiental e paisagismo.

§ 2º Os parques lineares em planejamento integrantes do Mapa 5 anexo estão delimitados na escala de planejamento, não se constituindo em perímetros definitivos até que sejam elaborados os respectivos projetos.

§ 3º O projeto dos parques lineares deverá ser elaborado de forma participativa, ouvido o Conselho Participativo da Subprefeitura.

§ 4º A LPUOS ou lei específica, após a definição precisa do perímetro do parque linear, deverá enquadrá-lo como ZEPAM.

Não consta no PDE uma definição específica para os parques urbanos, no entanto são considerados como fazendo parte do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres, conforme art. 266, o que denota, como já apresentado que esses parques são espaços pensados para o lazer, mesclando a questão natural com espaços vegetados.

A política de construção de parques na cidade de São Paulo partiu do diagnóstico que é necessário mudar frente ao cenário de mudanças climáticas na cidade, aquecimento e aumento de enchentes decorrente do ciclo de chuvas, porém a prefeitura não apresenta indicadores que legitimem essas mudanças.

No relatório do Programa 100 Parques para São Paulo, elaborado pela SVMA em 2008, os critérios e prioridades são estabelecidos sem ser citada uma linha quanto à precária urbanização das periferias. O relatório do programa trata a abordagem do desenvolvimento urbano associado à conservação ambiental como um desafio recente para a administração municipal, mas o próprio relatório coloca que São Paulo apresenta 11.000.000 m² de beira de córrego que abrigam 2.000.000 de habitantes. Os parques são planejados como “filtro das principais contribuições irregulares que as represas recebem”²¹. Na maioria dos casos os parques são propostos em regiões de favelas ou loteamentos irregulares já consolidados, fruto da urbanização da cidade, o programa ao construir parques não discute o motivo que levou famílias a essas áreas, nem alternativas para elas e muito menos políticas para acabar com o processo de expansão das periferias. Lendo o projeto temos a sensação que os parques serão construídos em espaços vazios, em uma cidade vazia, sem pobreza ou vida. (VOIVODIC, 2013).

Os recursos previstos e utilizados para a realização do projeto foram oriundos de TCAs – Termos de Compromisso Ambiental, que são firmados entre o poder público e a iniciativa privada no momento da autorização de manejo arbóreo²², as quais são previstas em lei que sejam compensadas ou com plantio de mudas ou com depósito no FEMA – Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que deveria ter a sua destinação apenas a novos projetos de relevância ambiental, que seria o caso de implantação de novos parques.

²¹ SVMA. Relatório do Programa 100 Parques para São Paulo.

²² Termo utilizado pela SVMA no que se refere ao corte de vegetação.

Outra forma de levantar recursos está relacionada à venda de créditos de carbono em leilão. Município e empresa privada repartem entre si os recursos decorrentes da exploração de gás em dois aterros sanitários municipais. Os recursos do município são depositados no FEMA, que com esse dinheiro está financiando a recuperação ambiental nas redondezas dos aterros sanitários. Também está previsto o financiamento privado de parques em troca da valorização do entorno dos parques pela prefeitura.

Todas as formas de financiamento do projeto são dependentes das demandas e interesses do capital privado, assim como o discurso de sustentabilidade é uma resposta lucrativa do capitalismo frente a sua própria crise, se expressando nas localidades através da apropriação das iniciativas de “preservação” ambiental pela iniciativa privada. No projeto diz que “a melhoria da qualidade de vida através da expansão de áreas verdes é uma iniciativa que agrega todos os segmentos da sociedade”²³, a construção de parques em São Paulo está a serviço de uma melhor qualidade de vida, mas para quem? Para os poucos que são beneficiados com os projetos e conseguem se manter em uma cidade que se torna cada vez mais onerosas para sobreviver. Essas obras dão uma nova face para a cidade de São Paulo, transformam e valorizam o seu espaço. Do ponto de vista ambiental, realmente algumas áreas não devem ser ocupadas, por serem frágeis geologicamente e poder ser de alto risco a vida ou por conter um expressivo remanescente de vegetação de mata atlântica, bioma original do município e que 93% de sua cobertura original em todo o Brasil foram devastados²⁴, sendo que para essas áreas, a melhor destinação, tanto pela preservação como pelo uso é mesmo vir a ser um parque. Mas quando essa solução se aplica a qualquer área que possa ser “ambiental” se tornam simplistas sem fazer a interface com as questões contraditórias do capitalismo, tornando a ação como “enxugar gelo derretendo”.

Ainda sim, o novo plano diretor da cidade de São Paulo diz prever a criação de mais 167 parques, no horizonte de 16 anos, o que totalizaria 272 parques na cidade de São Paulo até 2030. Importante destacar que apesar deste número constar na “Apresentação” do texto da lei ilustrado em material distribuído pela Prefeitura Municipal de São Paulo, ao analisar o quadro 7 - Parque Municipais

²³ SVMA. Relatório do Programa 100 Parques para São Paulo.

²⁴ Segundo dados do INPE disponível em <http://www.inpe.br/acessoainformacao/node/462> acesso em 01/05/2016.

existentes e propostos percebe-se que foi contabilizado cada linha do quadro como um parque, sendo que algumas áreas de parques foram planejados por fases. Como exemplo, podemos indicar o próprio Parque Linear do Córrego do Rio Verde, que aparece no quadro cinco vezes e, no entanto o parque foi planejado apenas como um. Isso significa que existem então menos parques planejados do que o divulgado. De qualquer maneira, iremos utilizar como números oficiais o que consta na apresentação do PDE, de 167 novos parques previstos.

É inegável a necessidade de áreas verdes para que se haja uma qualidade de vida em qualquer espaço urbano. Mas é muito importante identificar quando o discurso ambiental não está sendo utilizado apenas para realizar a valorização do espaço urbano possibilitando a sua reprodução dentro do capitalismo.

Segundo Serpa (2005),

“como elementos de dinamização da economia urbana, os parques públicos parecem acentuar a segregação social, funcionando como ‘álibis’ de determinadas políticas de intervenção urbana”, pois essas áreas são “elementos de valorização do espaço urbano e contribuem para um processo de substituição de população nas áreas requalificadas. Eles tornaram-se álibis para justificar ‘grandes transformações físicas e sociais dos bairros afetados’ pelas operações de requalificação urbana. Álibis, porque os parques públicos sempre representaram e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais”.

Dos 272 parques previstos até 2030 no PDE, 107²⁵ estão classificados como parque linear. No próximo item nos atentaremos a seu conceito e o seu planejamento enquanto política pública ambiental na cidade de São Paulo.

2.2 Os Parques Lineares

O conceito de parques lineares, aqueles criados ao longo de cursos d'água, coloca em discussão a questão do caráter sócio-cultural do espaço livre. Vê-se a ideia de uma organização do espaço a partir de áreas livres contínuas voltadas para o desenvolvimento de atividades humanas no tecido urbano, principalmente dirigidas ao lazer, recreação, convívio e às práticas esportivas ou físicas, agregando alguma amenização de caráter ambiental a estes espaços. Porém, em uma cidade como São Paulo, em que a raridade do espaço se torna

²⁵ Contando cada linha que consta Linear no Quadro 7 do atual PDE, Lei nº 16.050/14.

cada vez mais presente, para que se tenha esse espaço livre é preciso “construí-lo”, ou seja, demolir construções existentes.

Segundo Giordano (2004) o conceito de parque linear, surge no século XIX, na Europa em projetos inovadores, tais como o Plano de Birkenhead Park, de Joseph Paxton, na Inglaterra que propunha um conceito de parque considerando aspectos ambientais dentro de um sistema viário e o Plano para a cidade de Berlim estabelecia um sistema de parques e canais de comunicação com o rio Spree, integrando soluções para assegurar a navegabilidade e a defesa contra as cheias.

O arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted foi o precursor dessa idéia e introduziu o conceito de *Parkways*, que seriam caminhos de ligação entre parques e outros espaços abertos, ligados entre si.

Segundo Giordano (2004), em 1866 e 1867 Olmsted e o arquiteto inglês Calvert Vaux projetaram o *Brooklyn's Prospect Park*, um dos primeiros parques lineares a serem implantados, em 1868 realizaram o primeiro projeto de parques integrados na cidade de Buffalo e um *Parway* no estado de Illinois, unindo o subúrbio Riverside a Chicago, e entre 1887 e 1895 projetaram o Emerald Necklace, que foi considerado como a maior realização de Parques Lineares, compondo um arco ao redor da cidade de aproximadamente 7,2 km de extensão.

Na atualidade alguns autores apresentam diferentes definições para parques lineares.

Conforme Galender (2005 apud Friedrich, 2007), o conceito de parque linear é contrário ao de parque isolado, de desenho geométrico regular e limites finitos. Por intermédio de planos urbanísticos, busca promover o desenho da paisagem pelo estabelecimento de uma continuidade espacial, relacionando os espaços construídos e os espaços abertos, ou seja, vinculando-se com a paisagem urbana.

Em Garabini (2004 apud Friedrich, 2007), o parque linear agregado a áreas de fundo de vale apresenta-se como o espaço aberto, livre, onde os subespaços recreativos são de outra natureza, nos quais os Playgrounds e jogos lúdicos são preteridos pela preservação ambiental, pelo culto ao corpo, pela prática de longas caminhadas e pelo lazer contemplativo.

Segundo Giordano (2004 apud Friedrich, 2007), os parques lineares são áreas lineares destinadas tanto à conservação como a preservação dos recursos naturais, tendo como principal característica a capacidade de interligar fragmentos florestais e outros elementos encontrados em uma paisagem, assim como os corredores ecológicos. Porém, neste tipo de parque têm-se a agregação de funções de uso humano, expressas principalmente por atividades de lazer e como rotas de locomoção humana não motorizada, compondo desta forma princípios de desenvolvimento sustentável.

Segundo Ahern (1995 apud Friedrich, 2007), o termo parque linear é utilizado para áreas de configuração linear que são planejadas, desenvolvidas e manejadas com múltiplos propósitos, tais como: ecológicos, recreativos, culturais, estéticos e outros condizentes com o uso sustentável do solo. O autor esclarece que estes parques podem ser definidos a partir de cinco princípios:

- a) Configuração espacial essencialmente linear, o que o diferencia de outros elementos da paisagem;
- b) Capacidade de união de elementos da paisagem, atuando de forma sinérgica num sistema;
- c) Multifuncionalidade, associando usos espaciais e funcionais de forma compatível e necessidades ecológicas, culturais, sociais e estéticas;
- d) Sustentabilidade;
- e) Estratégia espacial, que integra sistemas lineares com outras áreas não lineares, cuja composição não é beneficiada pela diversidade de usos.

Conforme Little (1990 apud Friedrich, 2007), os parques lineares podem ser classificados em cinco categorias gerais:

- a) Parques Lineares criados como parte de programas de recuperação ambiental, geralmente ao longo de rios e lagos;
- b) Parques Lineares criados como espaços recreacionais, geralmente ao longo de corredores naturais de longas distâncias, tais como canais, trilhas ou estradas abandonadas;

- c) Parques Lineares criados como corredores naturais ecologicamente significantes, ao longo de rios ou linhas cumeadas, que podem possibilitar a migração de espécies, estudo da natureza e caminhadas a pé;
- d) Parques Lineares criados como rotas cênicas ou históricas, ao longo de estradas, rodovias, rios e lagos;
- e) Rede de parques, baseada em formas naturais como vales ou pela união de parques lineares com outros espaços abertos, criando infra-estruturas verdes alternativas.

Segundo Friedrich (2007), a proposta de implantação de parques lineares no Brasil vem sendo praticada por meio de casos isolados, principalmente no que se refere aos municípios, mesmo com o crescente estado de degradação sócioambiental das áreas urbanas. Nesse contexto o parque linear vem sendo muito utilizado em projetos ambientais com foco em gestão urbana das áreas marginais aos cursos d'água, conciliando os aspectos urbanos ambientais presentes na legislação.

Apesar de a legislação urbana e ambiental brasileira considerar as áreas marginais aos corpos hídricos como “Áreas de Preservação Permanente – APPs”²⁶, o que em outras palavras quer dizer que estas são áreas ambientalmente protegidas e proibidas de edificação, a realidade é muito diferente.

A ocupação de tais áreas não é exclusividade da população pobre, lembrando que algumas zonas mais sensíveis, tais como orlas litorâneas, topos de morro, corredores fluviais, privilegiadas do ponto de vista ecológico, também são cobiçadas pela urbanização de alto poder aquisitivo, provocando igualmente graves danos socioambientais, tais como erosão do solo, assoreamento de cursos d'água, supressão da vegetação nativa, entre outros. Mas são casos distintos dos usos e do valor dados ao solo urbano.

Além dos problemas legais e socioeconômicos citados acima, existe

²⁶ Lei Federal 4.771 de 1965 (Código Florestal) modificada pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 – “Novo Código Florestal”

também o problema causado pelo modelo de urbanização utilizado desde meados do século XIX até o final do século XX aproximadamente, baseado na filosofia higienista e positivista que buscava principalmente o desenvolvimento, a industrialização, a higienização e a circulação motorizada. Por conta também da especulação imobiliária, que foi loteando glebas distantes, os empreendimentos urbanos eram promovidos isoladamente, em espaços fragmentados, sem regras de interação, sem ligações entre as diversas áreas, sem infraestrutura e equipamentos públicos indispensáveis, sem estruturação nem respeito pela ecologia ou pelo legado cultural, em nome do progresso.

Todo esse desenvolvimento gerou impactos ambientais e sociais, os quais são resumidamente exemplificados pela destruição das formas da paisagem; alteração do funcionamento natural do ciclo hidrológico; destruição do solo produtivo; destruição da vegetação; obstrução da circulação natural das massas de ar; alteração da escala humana, agora mais relacionada com o automóvel do que com o pedestre; congestionamentos; obstáculos à sociabilidade, ao direito de circular a pé ou de bicicleta; usufruir equipamentos urbanos; respirar ar puro; ter contato com a natureza; só para citar alguns.

Em relação às áreas de fundo de vale, os impactos recaem principalmente sobre os recursos hídricos e a vegetação. Segundo Tucci (2005), os riscos de inundação e deterioração da qualidade da água dos rios, próximos às cidades de países em desenvolvimento e, mesmo em países desenvolvidos, é um processo dominante no final do século XX e início do século XXI. São aspectos frequentemente observados nestas áreas: a falta de cobertura ou a fragmentação florestal, principalmente nas áreas de nascentes e ciliares; a falta de cuidados com o uso do solo das bacias hidrográficas; o assoreamento dos cursos d'água; a alta impermeabilização do solo; a canalização dos cursos d'água; o lançamento de efluentes provenientes dos esgotos residenciais e industriais, chamados fontes pontuais; além dos resíduos não lançados diretamente que acabam sendo lixiviados (processo natural de arraste mecânico de partículas do solo sob a ação da chuva) até os cursos d'água, chamados fontes dispersas. Mas a questão se vista apenas pelo viés ambiental, fica debilitada. É preciso entender por que essas áreas foram ocupadas e quais as finalidades de sua ocupação.

De acordo com o antigo Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo (Lei 13.430/2002), a urbanização de seu território fundamenta-se em uma organização espacial formada por elementos estruturadores constituídos por redes destinadas à maior aderência do tecido urbano ao sítio natural, à melhor coesão e fluidez e maior equilíbrio entre espaços construídos e espaços vazios, e por elementos integradores constituídos essencialmente pelo tecido urbano que se coloca entre as redes estruturais.

O Plano Diretor trouxe o reconhecimento da rede hídrica da cidade como elemento estruturador do desenho urbano, com introdução da importância da convivência dos recursos naturais com os elementos construídos, através de um programa de recuperação das várzeas e dos fundos de vale. Neste contexto, o Plano Diretor introduziu como política pública a implantação de parques lineares.

A estruturação do espaço se forma em torno da rede hídrica, da rede viária, da rede de transporte público coletivo e da rede de eixos e pólos de centralidades, para acolhimento de necessidades e atividades da população, que são integradoras do espaço urbano e compreendem a habitação, os equipamentos sociais, as áreas verdes, os espaços públicos e os espaços de comércio, serviços e indústria.

A rede hídrica estrutural foi idealizada no Plano Diretor Estratégico como o lugar de materialização de transformações urbanísticas estruturais para agregar o conceito de recuperação ambiental de cursos d'água e fundos de vales a partir de duas estratégias de intervenção, os caminhos verdes e os parques lineares.

Enquanto os caminhos verdes podem ser considerados como uma estratégia de intervenção mais simples, constituída pela arborização e por maior permeabilidade em logradouros de interligação de parques e áreas verdes visando melhor fluxo da flora e fauna urbana, os parques lineares se constituem em intervenção muito mais complexa, já que a reorganização urbanística pretendida deve ser submetida a conceitos e regras de melhoria da qualidade ambiental, que em muitos casos são bastante conflitantes com a nossa ocupação e produção urbana. Por isso se trata de abordagem ambiciosa.

Em que medida os parques lineares podem promover uma nova estruturação urbana para um território como o de São Paulo?

O próprio Plano Diretor Estratégico responde a esta questão ao objetivar com os parques lineares a melhoria da qualidade das águas da rede hídrica, a ampliação de áreas verdes permeáveis para minimizar fatores causadores de enchentes, a ampliação de espaços de lazer ativo e contemplativo, a atração de empreendimentos residenciais nas vizinhanças, a melhoria do sistema viário local para maior fluidez da circulação entre bairros contíguos, a integração de equipamentos de educação, lazer, esporte, habitação, comércio e serviços.

Enfim, trata-se de uma série de medidas cujo discurso é voltado para o aprimoramento da qualidade ambiental e do desenho urbano ao longo da rede hídrica.

O desafio está em materializar estas diretrizes nos projetos e na construção dos parques lineares, possibilitando uma estruturação urbana com maior equidade dos processos urbano-ambientais.

Mas isso tudo é um discurso para a defesa dos parques lineares. A princípio eles parecem a solução de muitos problemas ambientais e urbanos enfrentados, e podem até realmente ser. A grande questão é: o que está por trás disso? Será que detrás desse discurso ambiental não se dão também formas de valorização espacial? Seriam os parques produto de demandas e necessidades da população local? Ou uma forma de expulsá-las?

No mapa de parque lineares planejados e implantados na cidade de São Paulo (Mapa 11), podemos observar que a sua maioria encontra-se na periferia. O que isso significa? Não só o fato de serem as áreas que “sobraram” com os seus córregos e rios abertos, o que a primeira vista parece “obvio”, mas também é a produção do espaço transformando as periferias da cidade, como a nova fronteira de expansão do capital.

Verificamos que muitos parques estão planejados em uma extensão muito maior do que as áreas já implantadas e isso denota a dificuldade na implantação, já que em muitos casos essas áreas de várzea já estão ocupadas com os mais diversos usos. E existe uma clara priorização na Zona Leste da cidade para a implantação desses parques.

No próximo capítulo trataremos especificamente do Parque Linear do

Córrego do Rio Verde, sua implantação, seu projeto e suas contradições, evidenciando algumas das questões levantadas.

Mapa 11 - Parques lineares planejados e implantados na cidade de São Paulo. No retângulo azul, localização do Parque Linear do Córrego do Rio Verde. (Elaborado pela autora, 2014).

Capítulo 3: O Parque Linear do Córrego do Rio Verde

Localizado em Itaquera, periferia do município de São Paulo, como vimos no capítulo 1, o córrego do Rio Verde faz parte da bacia hidrográfica do córrego Jacú, sub-bacia do Rio Verde e possui desde a sua nascente, localizada no Parque do Carmo, uma extensão aproximada de 4,5 km até o seu exutório, na jusante junto ao córrego Jacú. O Parque Linear do Rio Verde encontra-se dentro da sub-bacia do Rio Verde (Mapa 12). Constatamos por este mapa que boa parte dos córregos dessa sub-bacia ainda se encontram abertos, embora alguns tenham sido canalizados/retificados e/ou tamponados, e todos se encontram poluídos, devido a ausência de rede coletora de esgoto em uma área fortemente urbanizada.

A implantação de um parque linear nesse córrego evidência um conflito entre questão ambiental e social. Para que possamos entender essas questões, fizemos um diagnóstico do projeto territorial do parque e uma análise do uso desejado para o parque, que seria o lazer e a recuperação/preservação ambiental.

Nesse sentido, subdividimos o capítulo em itens de apresentação em que primeiro colocamos o projeto do parque, envolvendo as desapropriações e remoções e em seguida mostramos as questões do uso do parque existente por meio do cotidiano da população que o frequenta, sendo esse dado levantado por meio de entrevistas²⁷ e das observações de campo o que possibilitou o estudo das questões sociais e ambientais existentes no Parque Linear do Córrego do Rio Verde.

²⁷ As entrevistas foram realizadas com questionário fechado (a integra desse questionário com as respostas encontra-se no apêndice), realizadas no início de 2015, entre o período da manhã e tarde de um sábado com os frequentadores do parque que se dispuseram a participar.

Mapa 12 – Localização do parque linear na Sub-bacia do Rio Verde. (Elaborado pela autora, 2014).

3.1 Diretrizes do projeto

Inicialmente, o Parque Linear do Córrego do Rio Verde foi previsto no PDE (2002) numa extensão a jusante do córrego Rio Verde. No Plano Regional da Subprefeitura - PRE Itaquera (2004) foi prevista a ampliação do parque e este passou a abranger toda a extensão do córrego (Mapa 13). O parque linear alcança três distritos da Subprefeitura de Itaquera: Itaquera, Parque do Carmo e Cidade Líder. Na Tabela 5 abaixo consta a porcentagem da área planejada para o parque linear em cada distrito.

Distribuição da área do Parque Linear do Rio Verde	
Distrito	Porcentagem
Itaquera	65,81%
Parque do Carmo	23,97%
Cidade Líder	10,22%

Tabela 5 Porcentagem da área planejada do parque linear nos distritos da subprefeitura de Itaquera. Fonte: SVMA, 2014.

Constata-se que a maior parte do parque está localizada no distrito de Itaquera, que é onde fica a jusante do córrego. A sua nascente está no distrito do Parque do Carmo. Os 10% de área planejada no distrito de Cidade Líder não margeia o córrego do Rio Verde e possivelmente foi incluído no perímetro planejado por se tratar de uma área livre. Outra questão é que a demanda para implantação do parque linear²⁸ foi originária da Subprefeitura de Itaquera e surgiu no âmbito da proposta de requalificação urbano-ambiental do centro de Itaquera, o que justifica também a maior parte do parque localizar-se nesse distrito.

Segundo as diretrizes e estratégias de recuperação ambiental, apresentadas no PDE (2002) do município de São Paulo, procura-se incluir a melhoria do sistema de drenagem, a expansão da rede de esgotamento sanitário, a ampliação e integração de áreas verdes, a ampliação de espaços de lazer ativo e contemplativo, a ampliação de espaços de uso público e a articulação com equipamentos urbanos, principalmente os equipamentos de uso esportivo, educacional e cultural.

²⁸ No trecho implantado entre a R. Tomazzo Ferrara x R. Castelo do Piauí x Av. Itaquera (até 1º córrego afluente do rio Verde).

Mapa 13 - Localização do parque linear do Rio Verde. (Elaborado pela autora, 2014).

A ampliação de áreas verdes atende tanto melhoria de condições ambientais como sociais. No que diz respeito às condições ambientais tem-se: ampliação de áreas permeáveis que reduzem a possibilidade de enchentes e a implantação de arborização que contribui para melhoria das condições de poluição do ar e das características microclimáticas. Quanto às condições sociais, a implantação de áreas verdes contribui para a qualidade de vida, além de possibilitar espaços de contemplação e contato com a natureza. A ampliação de áreas de lazer significa ofertar à população novos equipamentos voltados ao uso recreativo, que potencializem o encontro e as trocas sociais e também a fruição da paisagem.

Portanto, conforme as diretrizes postas no PDE de 2002, o conceito e o partido do projeto foram elaborados pela SVMA visando o estudo hidráulico hidrológico da sub-bacia do Rio Verde subsidiando assim a concepção do projeto do parque linear. Foi considerado importante pela SVMA garantir a visibilidade do córrego, que hoje se encontra no fundo dos lotes, escondido pelas construções, e sua valorização na paisagem, visando que haja a apropriação do parque pela população e sua preservação ao longo do tempo.

Foi considerado fundamental pela SVMA que o parque fosse delimitado por vias para possibilitar a facilidade no acesso da população e boa visibilidade, garantindo a qualidade da inserção urbana do parque linear, bem como facilitando a sua gestão.

O parque se desenvolve nas duas margens do Rio Verde, assim as transposições devem ser estrategicamente posicionadas de modo a corresponder com as porções do parque destinadas a usos intensivos, com a facilidade de acesso ao transporte público e aos equipamentos públicos existentes no entorno do parque.

A prefeitura recomendou ainda que os passeios fossem dimensionados conforme estimativa do fluxo de pedestres usuários do parque, assim como do fluxo de passagem para acessar o transporte público e os diversos equipamentos públicos do entorno. Reforçou a realização de atividades de uso de baixo impacto ambiental e a valorização de elementos do ambiente natural, muito embora estes não tenham sido explicitados no documento em que se refere.

Aqui é interessante observar a ideia de tornar o rio visível correlacionando com a urbanização de São Paulo que enterrou e canalizou boa parte de seus rios, fazendo justamente o contrario do que se deseja atualmente com o parque. É uma quebra e mudança de paradigma que pode melhorar a qualidade de vida das pessoas. No entanto, quando se fala em apropriação das pessoas, o poder público não demonstra como que isso poderá ocorrer, haja visto que na elaboração do projeto para o parque linear não houve audiências publicas e/ou participação popular.

Então, com base nessas diretrizes e concepções, no final do ano de 2005 foi definido que a SVMA faria a implantação deste parque linear. Como a área para o parque em sua maioria é de propriedade particular, para a viabilização do projeto há a necessidade de desapropriação.

O parque então foi planejado para ser implantado por fases. Para a 1ª fase, atualmente já implantada, houve necessidade de desapropriação, pois era uma área composta de diversos imóveis de propriedade particular. Para tanto o recurso foi proveniente do orçamento da SVMA. Para a elaboração do projeto arquitetônico e obras uma parte foi proveniente também do Termo de Compromisso Ambiental – TCA firmado entre SVMA e o Consórcio Shopping Metrô Itaquera²⁹.

Em 2006 foram realizadas as articulações para a implantação do parque linear, incluindo reuniões entre a SVMA e a Subprefeitura para discussão da tipologia e programa de implantação do parque. Também foram encaminhadas as articulações com a SIURB³⁰ e a SABESP³¹, para definição quanto a realização de estudo hidrológico na bacia do Rio Verde e implantação da rede de esgotos no local.

O arquiteto Luiz Cutait foi o projetista indicado pelo Consórcio Shopping Metrô Itaquera para desenvolver o projeto arquitetônico com o acompanhamento e definição de diretrizes de SVMA. Foi solicitada a revisão do orçamento inicial, realizado por SVMA, para a inclusão dos custos de projeto da edificação

²⁹ TCA nº 41/2005 - Em função da necessidade de remoção de árvores no terreno onde foi construído o empreendimento (shopping).

³⁰ Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo

³¹ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

destinada a atividades culturais e de educação ambiental. Esta edificação foi executada para atender à demanda da Subprefeitura Itaquera.

A elaboração do plano geral do Parque Linear do Rio Verde foi feita tendo como escopo básico o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vales, instituído no âmbito do Plano Urbanístico Ambiental do PDE anterior (2002), visando à promoção de transformações urbanísticas estruturais e a progressiva valorização e melhoria da qualidade ambiental.

Nos itens seguintes analisamos como que essas diretrizes impactam e evidenciam questões da produção do espaço para o trecho em planejamento do parque linear do córrego do rio verde e o seu trecho existente.

3.2 Desapropriações e remoções

A área total prevista para a extensão completa do Parque Linear do Córrego do Rio Verde é de aproximadamente de 735.300 m² e que em sua maioria o domínio é particular, havendo a necessidade de desapropriações e remoções para a sua efetivação.

As áreas municipais atualmente livres de ocupação constituem aproximadamente 10% da área total planejada para o parque (Tabela 6). Tudo isso causa um paradoxo sem precedentes, pois desapropriam as pessoas que têm a propriedade da terra para implantar um parque com área livre, sendo que essas áreas não estão livres. Ou pior, ameaça expulsar as pessoas que não são proprietárias e ocupam a área irregularmente sem garantias expressas de novas oportunidades de moradia.

Domínio	Área (m²)
Municipal	aprox. 60.000
Metro	aprox. 100.000
Particular (necessidade de desapropriação)	aprox. 575.300
Total previsto para o parque	aprox. 735.300

Tabela 6 - Domínio e extensão aproximada das áreas para o parque linear do Rio Verde. Fonte: SVMA, 2014

Com relação às áreas de domínio particular, existem quatro Decretos de Utilidade Pública (DUP) divididos por fases de desapropriações, conforme tabela 7 a seguir.

DUP e data de Publicação	Área (m²)	Situação da Desapropriação	Uso e Ocupação da área
46.818 de 16/12/2005	37.918,43	Concluída/ imissão na posse	Parque implantado
51.961 de 30/11/2010	14.561,17	Não realizada. Decreto caduco em 30/11/2015	Não edificado
52.767 de 03/11/2011	28.230,60	Elaboração da planta expropriatória	Comercial/residencial
52.866 de 21/12/2011	76.373,00	Elaboração da planta expropriatória	Comercial/residencial
Não publicado	10.665,00	Planejamento/ est. fundiário	Não edificado

Tabela 7- Relação dos Decretos de Utilidade Pública (DUP) para o parque linear do Rio Verde. Fonte: SVMA, 2016.

O primeiro DUP publicado em 2005 é a área com Imissão na Posse³² correspondente a área do parque já implantado e inaugurado em 2012. Notamos ainda que um dos decretos decaiu³³ sem ser executado, e que abrangia uma das áreas livres e contíguo ao primeiro DUP aonde se encontra o parque implantado. Os demais decretos encontram-se na fase de elaboração da planta expropriatória³⁴.

Existe ainda um terreno com significativo remanescente verde de propriedade particular, que não possui Decreto de Utilidade Pública e faz parte da área planejada pelo Plano Diretor Estratégico (PMSP, 2002) para o referido Parque.

Ao observar o mapa dos DUP's publicados (Mapa 14), percebem-se diversas contradições. É possível notar que boa parte das áreas é constituída por lotes regulares e a porção com cobertura vegetação ou natural é pouco expressiva. A área remanescente que não possui DUP, interessante é uma área vaga, com significativa vegetação e sem nenhuma edificação, condição esta que do ponto de vista financeiro, tornaria os valores a serem indenizados no momento da desapropriação muito mais vantajosos para o Estado.

³² Termo jurídico que significa o ato judicial que confere ao interessado na desapropriação a posse de determinado bem a que faz jus.

³³ Segundo o art. 10º do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1941 a desapropriação tem que ocorrer em um prazo de 5 anos. Depois de decorrido esse tempo e não efetivada nenhuma negociação o decreto perde a sua validade e só pode ser reeditado após 1 ano da caducidade.

³⁴ Consiste na realização de vistorias para o levantamento das benfeitorias (construções) e desenho da planta com base nos títulos de domínio (matriculas e/ou transcrições dos proprietários).

Questiona-se, assim, qual o sentido de desapropriar áreas ocupadas, sem vegetação para implantar um parque e ao mesmo tempo não desapropriar outras áreas com vegetação e que seriam mais propícias a preservação? Seriam as desapropriações uma ação no sentido de eliminar usos indesejáveis, contribuindo, assim, para a valorização desta área sob requalificação urbana? Percebe-se ainda que no perímetro dos decretos de utilidade pública não se insere a favela da paz. Isso ocorre, pois o terreno da favela é de propriedade da COHAB, não havendo, portanto necessidade de desapropriação, já que o terreno pertence ao poder público.

Com vistas a compreendermos o uso existente na área planejada para o parque foi levantado o Mapa de Uso do Solo da região (Mapa 15). Esse levantamento possibilita a análise da ocupação do solo na região e a verificação da predominância do uso comercial e residencial.

Apesar da relevância em delimitar o parque linear entre o viário existente no entorno do curso hídrico, o projeto considera a permanência dos equipamentos públicos existentes (duas EMEF³⁵ e duas creches) e de um edifício residencial já habitado. A remoção das demais edificações residenciais e não residenciais existentes deverá ser viabilizada por desapropriação, em fases. Já a Favela da Paz, tem a sua remoção condicionada à oferta de solução habitacional, na mesma sub-bacia hidrográfica, para as famílias nelas residentes. Verificamos essas questões no projeto do parque com a sobreposição da favela. (Mapa 16).

³⁵ Escola Municipal de Ensino Fundamental

- PONTOS DE REFERÊNCIA**
- 1 EMEF
 - 2 Supermercado
 - 3 Edifício Irregular/ Esqueleto
 - 4 EMEF Danylo José Fernandes - AMA
 - 5 Hospital Santa Marcelina
 - 6 Posto de Gasolina
 - 7 CEI - Santa Marcelina
 - 8 Parque Implantado
 - 9 Conjunto Habitacional
 - 10 Creche Rui Othake
 - 11 Garagem de ônibus
 - 12 Edifício Residencial
 - 13 Conjunto Comercial
 - 14 Área Livre/ Nascente do afluente
 - 15 Comércio de grande porte

LEGENDA:

Residencial	Subutilizado ou Vazio	Limite Subprefeitura Itaquera
Residencial Vertical	Áreas Livres	Perímetro Total Planejado do Parque
Comercial	Irregular ou Favela	Hidrografia
Serviços	Industrial	
Institucional		

Imagem/ Fonte:
Mapa de cadastro do uso e ocupação dos lotes,
SP-Urbanismo (Junho/ 2011).

MAPEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO REAL DOS LOTES

Mapa 15 - Uso do solo para o Parque Linear do Córrego do Rio Verde (Elaborado pela autora, 2014).

1:10.000

Mapa 16 - Projeto do parque com sobreposição das áreas de favela. (Elaborado por SVMA, 2012)

A análise desses dois mapas possibilitou a elaboração da seguinte tabela, evidenciando os usos que permanecem no local e os usos a serem retirados com a implantação do Parque Linear do Córrego do Rio Verde. (Quadro 1)

Usos que permanecem	Usos a serem retirados
Institucional (2 EMEF e 2 creches)	Residenciais
Residenciais verticais	Favela
Comerciais	Comerciais e serviços

Quadro 1 – Comparação dos usos que permanecem e usos a serem retirados com a implantação do parque linear do córrego do rio verde. Fonte: Comparação do mapa de usos e do projeto elaborado por SVMA. (Elaborado pela autora, 2016).

Esse quadro e os mapas revelam a contradição da permanência de residenciais verticais no perímetro planejado para o parque enquanto a favela da paz terá que ser 100% removida e realocada para fora do perímetro do parque. Se a questão como colocada pelas diretrizes para a implantação do parque são a melhoria da drenagem ao longo do corpo d'água, a ampliação de áreas verde e de lazer com equipamentos coletivos, porque a justificativa para a remoção da favela se enquadra nessas diretrizes enquanto que para os prédios não? Ainda que não se pretenda defender aqui a permanência dos grupos mais pobres em condições muitas vezes de risco, como morar em beira de córrego, não há como estranhar um projeto que preveja a melhoria das condições de drenagem somente com a retirada da favela e não a totalidade das construções existentes nas margens. Estamos diante de uma produção do espaço seletiva, que segundo Harvey (2011), é a: "(...) contradição antiga e profunda entre as diferentes configurações de tempo-espaço que são construídas dentro e ao redor da acumulação do capital". Isso significa que para a periferia vista como uma nova fronteira para o investimento imobiliário, uma favela, para ser reurbanizada, demandaria investimentos para a sua adequação e percebe-se em alguma medida que está não seria a estratégia adotada para o local. Enquanto que os prédios verticais residenciais vão ao encontro desses desejos de valorização

imobiliária, até porque de acordo com Harvey (2011): “(...) o capital investido na terra não pode ser movido sem ser destruído”.

No entanto, os moradores da favela da paz se articularam e juntamente com a PEABIRU trabalhos comunitários e ambientais³⁶ em parceria com o Instituto Polis e Comunidades Unidas de Itaquera, elaboraram um plano alternativo, que prevê apenas a remoção de famílias em área de risco (COSTA e SOUZA, 2014). Estima-se que 300 famílias vivam no local, no entanto o plano alternativo aponta que existem coabitações, o que aumenta esses números. Até meados de 2010 essas pessoas não tinham o conhecimento do projeto para a área, de implantação de um parque linear. Assim, esperam que esse plano alternativo sirva como instrumento de resistência e demonstre a viabilidade de soluções que incorporem o atendimento habitacional dessas famílias ao processo de desenvolvimento do bairro.

Essa situação evidencia um conflito que se quer colocar entre o ambiental contra o social, mas ambos estão inter-relacionados na raiz de seus problemas. Segundo Chesnais e Serfati (2003), é impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias.

Para Serpa (2005), os parques públicos, considerados como elementos de dinamização da economia urbana, parecem acentuar a segregação social, funcionando como “álibis” de determinadas políticas de intervenção urbana. Um “álibi” como coloca Serpa, é apenas uma desculpa para viabilizar a produção do espaço urbano justificando sua intervenção, pois:

“(...) os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética. Essa reunião de

³⁶ É uma ONG – organização não governamental, de assessoria técnica fundada em 1993 e que tem como missão "contribuir para a universalização do Direito à Cidade e à Moradia Digna, por meio da construção e efetivação de políticas públicas e da assessoria técnica voltada a populações vulneráveis e organizações populares e sociais", conforme consulta no site http://www.peabirutca.org.br/?page_id=2 em 26/06/2016.

valores reforça uma metáfora ainda hoje pertinente, de que o parque público é um instrumento de integração social e espacial das cidades.” (Serpa, 2005)

Percebemos essa questão quando observamos o projeto do órgão público para o parque linear do córrego do rio verde comparado com o projeto alternativo para a área elaborado pelo Peabiru a pedido das famílias moradoras da favela da paz.

Figura 4 Projeto alternativo para o Parque Linear do Córrego do Rio Verde na área da favela da paz.
 Fonte: Plano Popular Alternativo da Favela da Paz, 2014.

O projeto alternativo identificou a existência de terrenos vazios próximos à área e propôs um conjunto de diretrizes, entre elas, que a remoção da população em área de risco fosse resolvida com reassentamento nas proximidades da favela. O projeto garantirá a permanência de metade dos moradores na área e o reassentamento em trecho próximo da outra metade restante. (Figura 4). Interessante é que a elaboração de projeto alternativo indicando áreas possíveis para a ocupação partiu dos moradores e não da prefeitura, que em tese deveria ter aberto a participação popular o projeto para o parque linear.

Encontramo-nos diante de um processo cada vez mais irreversível, de forma que é impossível dissociar a questão social da questão ecológica, principalmente por conta de um sistema e um modo de dominação social, que se baseiam na propriedade privada dos meios de produção e sobre o dinheiro como forma de riqueza universal e de poderio social, inclinados a legitimar a propriedade privada sob todas suas formas (Chesnais e Serfati, 2003).

Mais uma vez, por esse motivo que o desenvolvimento “sustentável” é uma forma de manter a organização geral como está, dando apenas uma “maquiagem” nas áreas consideradas sensíveis do ponto de vista físico. Um grande entrave, que possivelmente se as pessoas fossem vistas, não só como mão de obra, mas como seres humanos que precisam do mínimo de qualidade de vida para se reproduzirem enquanto seres humanos, as demandas ambientais poderiam não ter tantos problemas e serem mais equilibradas.

No próximo item, apresentamos as questões do trecho existente do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, sendo a análise principal com base nas observações e entrevistas em campo sobre o uso para o lazer e o ambiental.

3.3 Uso de lazer e a questão ambiental

Como vimos nos capítulo 1, podemos entender que o trecho existente do Parque já é fruto do momento da produção do espaço na periferia enquanto a nova fronteira de negócios imobiliários. E como vimos no capítulo 2, trata-se de um parque linear, que está ao longo de um corpo d'água enquanto corredor ecológico, mas que também visa um uso ao lazer.

Para que pudéssemos compreender essa relação de recuperação ambiental pretendida e disponibilização de como área para o lazer, foram realizado três trabalhos de campos na região. O primeiro no ano de 2012, enquanto o parque ainda estava na fase de obras. O segundo em 2014 com o parque já implantado e o ultimo em 2015 quando foram realizadas as entrevistas com os frequentadores.

Do primeiro ao ultimo campo podemos perceber como houve a transformação na produção do espaço, com a implantação do parque. Nas fotos abaixo podemos fazer esse comparativo.

Primeiro vemos as fotos de 2012, com o espaço em obras e sem a utilização da população (Fotos 2 e 3).

Foto 2 – Placa informando as obras no Parque Linear, 2012. Fonte: Autora.

Foto 3 – Obras no Parque Linear, 2012. Fonte: Autora.

A Foto 4, relativa a um sobrevoo na área, mostra as áreas adjacentes ao parque, com a favela da paz a sudeste, uma pequena chácara com alguns indivíduos arbóreos a sul, e em seu entorno toda a urbanização periférica de casas, comércios e galpões.

Foto 4 – Sobrevoo no trecho implantado do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, 2014. Fonte: Autora.

Interessante observar na placa de entrada ao parque sendo retratado com uma ave, sem haver uma explicação, ainda que breve, do que se trata o parque linear, ou o porquê essa ave, cuja espécie não foi identificada, está ali retratada (Foto 5).

Em 2014, o parque já estava em funcionamento e percebemos o seu bom trato tanto do ponto de vista paisagístico como de drenagem, ainda que o córrego permaneça poluído, os taludes que compõem a calha receberam intervenção de limpeza e forração gramínea. (Fotos 6 e 7).

Foto 5 – Placa na entrada do Parque Linear, 2014. Fonte: Autora.

Foto 6 – Área interna ao Parque Linear, 2014. Fonte: Autora.

Foto 7 – Córrego do Rio Verde no trecho do parque linear implantado, 2014. Fonte: Autora.

No trabalho de campo realizado em 2015, observaram-se as implantações dos equipamentos de lazer, como o playground com escorregador, balanço e outros brinquedos para as crianças, quadras poliesportivas e as pistas de skate, que são bastante utilizados pelos frequentadores (Fotos 8 e 9).

Foto 8 – Playgrond e quadra poliesportiva do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, 2015. Fonte: Autora.

Foto 9 – Pista de skate do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, 2015. Fonte: Autora.

No tocante às entrevistas, estas se realizaram em um sábado na data de 17/01/2015, com os usuários do parque neste dia. Foram abordados 18 frequentadores, com a intenção de ouvi-los para pensar na questão do uso e da finalidade ambiental e não como dado estatístico, ainda que se utilizou de alguns dados para se refletir as questões que surgiram. A idade dos entrevistados era entre 14 e 65 anos, por meio de cinco questões que buscaram identificar se são moradores da região e em caso positivo há quanto tempo; a periodicidade com que frequentam o parque; o principal motivo que os levam a frequentá-lo; se sabem o que significa o termo “parque linear” e em caso positivo do que entendem se tratar; e por fim, se possuíam conhecimento do planejamento municipal para ampliá-lo. O apêndice I relaciona na íntegra as fichas com as questões e as respostas fornecidas.

Do total de entrevistados, 53% foram homens e 47% mulheres, com idade média de 29 anos. Quanto à primeira questão 83% informaram residir nas imediações do parque, o que reforça a destinação do parque como equipamento de uso majoritário dos moradores do próprio bairro, ou seja, como um equipamento de uso e atendimento local, e o tempo médio que moram no local é de 19 anos, variando de 1 a 37 anos, sendo esse o perfil de população que chegou a Itaquera nos últimos 20 anos, ou seja, na década de 1990, momento em que se deu um grande crescimento de população nas periferias da cidade.

Quanto à frequência com a qual utilizam o parque, 61,1% informaram frequentá-lo duas vezes ou mais por semana, 11,1% utilizam ao menos uma vez por semana, 5,6% uma vez a cada mês, e 22,2% informaram frequentá-lo esporadicamente, o que se conclui que é um público fiel do parque, ou seja, que o parque no quesito de uso local cumpre sua função, principalmente em realidades espaciais muito carentes de equipamentos de lazer.

A maioria dos entrevistados – 38% utilizam o parque para lazer, seguido de prática de esportes com 27,8%, 22,2% utilizam por outros motivos como, por exemplo, servidão de passagem, e em um caso específico e interessante a entrevistada Eliane (32 anos) que trabalha em um abrigo para menores nas proximidades leva as crianças diariamente para tomarem sol e brincar. Assim o parque está cumprindo um uso social dos mais relevantes, pois possibilitou a

criação de um espaço para as crianças, que era inexistente até então. Lembrando que antes do parque linear do Córrego do Rio Verde o parque do Carmo, era o relativamente mais perto da região, mas por não ser tão próximo, era mais usado nos finais de semana.

Quando questionados sobre o que significa o termo “parque linear”, 72,2% responderam não saber, contra 28,8% - dos quais alguns se manifestaram sobre o que entendem pelo termo, surgindo definições interessantes como ser “por causa do rio”, ou ainda por se tratar de “área verde”. Observamos aqui que a educação ambiental deve ser ampliada, estimulando a construção de uma nova relação com os rios da cidade, promovendo o conhecimento sobre a importância de recuperar os rios e que a SVMA, por meio dos administradores dos parques lineares, explicasse aos usuários qual a sua função. O projeto acaba pecando por não prever essa orientação e abordagem pedagógica, explicando as razões dos parques lineares.

A respeito do conhecimento por parte dos frequentadores sobre o planejamento para ampliação do parque, 66,7% responderam não ter ciência, contra 33,3% que declararam saber do fato. Isso é resultado de políticas que se fazem sem criar espaços de participação, nos quais os moradores podem se envolver e decidir sobre as intervenções. Mais uma vez é uma ação autoritária, de cima para baixo, sem ouvir os principais interessados.

A intensão dessas entrevistas foi verificar o quanto as pessoas se apropriam do parque e se elas compreendem, mesmo que implicitamente, as ações do Estado enquanto melhorias ambientais. E pudemos perceber o como as pessoas utilizam o parque e sua frequência cotidiana, denotando a falta de equipamentos público para o lazer na região e sua importância.

Segundo Antas Jr (1995):

“Espaços de lazer públicos implicam em uma referência espacial e temporal. Através de suas diferentes formas e diferentes conteúdos, expressam a presença e a intencionalidade do Estado na sociedade. A inteligibilidade sobre esta intervenção espacial não é unívoca, e atinge a cada um de forma específica. (...)”

O lazer se converte num instrumento de poder que promove uma “relação de docilidade-utilidade, fabricando corpos exercitados, dóceis aumentando suas forças (em termos econômicos de utilidade) e disseminando essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. FOUCAULT, 1987 apud SANT’ANNA, 1988:74”.

Podemos então entender que o trecho existente do parque linear do Córrego do Rio Verde adequa os usos de lazer com a recuperação ambiental, apesar de todos os conflitos apresentados, como as remoções seletivas, a permanência do córrego poluído, e a utilização do discurso ambiental como “álibi” para a produção do espaço urbano. Em uma região tão carente de espaços públicos de lazer, não tinha como o parque não atingir a sua função social, sendo que precariamente podemos dizer que dentro dos objetivos pensados pelo Estado este alcança boa parte do pretendido, no que se refere a um espaço público que procura um uso social juntamente com uma recuperação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como que a temática dos parques lineares está inserida na dinâmica da produção do espaço urbano na periferia, por meio da análise do Parque Linear do Córrego do Rio Verde, em Itaquera, que nos possibilitou compreender os limites e possibilidades desta política ambiental.

As possibilidades estão relacionadas à ampliação de espaços para o lazer nas periferias das cidades que, são marcadas pelo adensamento construtivo e pela ausência de equipamentos públicos de uso coletivo. Não se pode negar que abrir parques em espaços periféricos traz uma contribuição do ponto de vista social e ambiental.

Os limites foram percebidos na forma de se fazer a política pública: sem participação popular, as escolhas são feitas pela burocracia de Estado, sem considerar as necessidades locais e expectativas da população no seio das quais a agenda deveria ser construída, e principalmente ampliando fatores de segregação e vulnerabilização dos mais pobres, como se vê na proposta de remoção da Favela da Paz. Neste caso, a mobilização popular buscou uma solução alternativa, com apoio de técnicos e organizações sociais.

Outro limite verificado: apesar do partido do projeto desejar uma nova relação dos moradores da cidade com os rios, não há no parque qualquer estímulo a esta nova relação, não há projeto de educação ambiental capaz de estimular esta reflexão.

A análise mostrou também que as contradições envolvidas nas desapropriações (o que fica e o que sai) evidenciam um projeto de parque mais articulado a “requalificação” e valorização de Itaquera, do que propriamente articulado a uma lógica ambiental de melhoria das condições de drenagem como pressupõe o conceito de parque linear.

Não há dúvidas que se precisem buscar alternativas para a melhoria da qualidade ambiental dos espaços urbanos e os parques lineares são uma possibilidade para tanto. A intenção dessa pesquisa foi de evidenciar o ordenamento territorial seletivo para uma política que determina o que fica na

paisagem e o que não deve ficar utilizando-se de um “álibi” ambiental. (SERPA, 2005).

Nesse trabalho foi possível perceber a importância de analisar as políticas de preservação ambiental não como iniciativas pontuais, mas como uma política geral para cidade que deve ocorrer tanto no centro como na periferia, que está relacionada com as discussões internacionais e as estratégias de resolução da crise do capitalismo em torno no âmbito da exploração da natureza. O sistema capitalista ao se deparar com um problema para a sua reprodução busca meios de superá-lo, na discussão ambiental essa problemática não foi superada, mas as soluções encontradas são atualmente uma ferramenta de acumulação de capital e não de questionamento das suas bases produtivas, dos seus objetivos e meios pelos quais se desenlaçam.

Entendemos que as políticas públicas da prefeitura que dizem buscar uma “cidade sustentável”, como o programa “100 parques para São Paulo”, estão inseridas nessa lógica, elas se preocupam com um problema que existe, o conflito ambiental na cidade é real e foi escondido nas áreas periféricas, porém não conseguem resolver o problema de degradação ambiental na cidade, pois não levam em conta o processo que gerou essa problemática; não buscam solucionar os problemas sociais que fazem parte desse quadro e que não podem mais ser ignorados.

O desafio de se pensar melhorias ambientais e sociais está colocado, principalmente dentro das contradições produzidas pela lógica capitalista. E o parque linear pode ser uma solução, desde que pensado pela população para a população.

Referências Bibliográficas

AHERN, J. Greenways as a planning strategy. **Landscape and Urban Planning**. V. 33, p. 131-155, 1995.

ALVARENGA, Rogério. **Os parques urbanos de São Caetano do Sul**: sua inserção e apropriação no processo de urbanização. Dissertação (Mestrado Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Espaços públicos de lazer**: globalização e instrumentalização do tempo livre na cidade de São Paulo. 1995. 97 f. Dissertação (Mestrado Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2012/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ricardo-Mendes-Antas-Jr.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BARTALINI, Vladimir. **Os parques municipais de São Paulo**. Paisagem e Ambiente: ensaios. São Paulo: FAU/USP, 09 : 125-148, dez. 1996.

BERTOLLOTTI, F. **Os Conteúdos Sociais da Crise da ecológica**: a reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga. São Paulo: GESp, 2011.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 6ª ed. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 27/06/2016.

BURGOS, Rosalina. **Parques Públicos Urbanos na metrópole paulistana**: Concepção e uso na produção do espaço urbano. 2003. 196 f. Dissertação (Mestrado Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A.F.A. **A Reprodução da Cidade como negócio**. In.: Carlos A.F.A.; CARRERAS, Carles, (Orgs.) *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, São Paulo, 2004.

CARLOS, A.F.A. **Da “organização” à “reprodução” do pensamento geográfico**. In.____Org. *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2014.

CHESNAIS, François ; SERFATI, Claude . "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, [S.l.], n. 16, p. 39-75, jan. 2003. Disponível em:<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo95artigo2.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

COMUNIDADES UNIDAS DE ITAQUERA; PEABIRU e INSTITUTO PÓLIS **“Plano Popular Alternativo da Favela da Paz”**. São Paulo, abril de 2013

COSTA, Valter de Almeida e SOUZA, Antônio Carlos de. **Pesquisa e ação**: a educação comunitária e a luta pela moradia popular em Itaquera. Curitiba: Ed. CRV, 2014, p. 67-88

DAMIANI, a. L. **A geografia e a reprodução do espaço da metrópole**: entre o Público e o privado. In: CARLOS, AFA; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização*. São Paulo: Contexto, 2005.

DEVECCHI,A.M., IKEDA R.M. e ALEX, S. **“Os parques lineares como política de recuperação na cidade de São Paulo”**. Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Verde e Meio Ambiente, 2009.

ECKBO, Garret. **O paisagismo nas grandes cidades**. Geografia e Planejamento nº 24. Instituto de Geografia/USP, 1977.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão de áreas de fundo de vale urbanas**. 2007. 273 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

GALENDER, Fany Cutcher. **A idéia de sistema de espaços livres públicos na ação de paisagistas pioneiros na América Latina**. Paisagens em Debate. São Paulo: FAU/USP, nov. 2005.

GARABINI, Elvio Araújo. **Parques Urbanos Aqui, Ali, Acolá**. Porto Alegre, 2004. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GIORDANO, Lucília do Carmo. **Análise de um conjunto de procedimentos metodológicos para a delimitação de corredores verdes (greenways) ao longo de cursos fluviais**. Rio Claro, 2004. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

GONÇALVES, Maria Flora; SEMEGHINI, Ulysses Cidade. Maturação do Urbano Paulista: generalização de um perfil cruel de urbanização capitalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. **Anais...** Olinda, 1988, v.2, p.273-306.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL: "Parques Urbanos Municipais de São Paulo" (2008)

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KLIASS, Rosa Grená. **Os parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini:1993.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2ª. Ed.2009.

LANGENBUCH, J. A estruturação da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOES, Amália Inês Geraiges de; FRANÇA, Maria Cecília. Itaquera. **Serie História dos Bairros de São Paulo. V. 24**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

LITTLE, Charles E. **Greenways of América**. The John Hopkins University Press. Baltimore, 1990.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole**. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006.

NÚCLEO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS (NERU). Revista Espaço & Debates, nº42, **Periferia Revisitada**, São Paulo, 2001.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1997.

SÃO PAULO. Lei n. 13.430, de 13 de set. de 2002. Lei. **Plano Diretor Estratégico**. São Paulo, set. 2002.

SÃO PAULO. Lei n. 13.872, de 12 de jul. de 2004. Lei. **Aprova a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu**. São Paulo, jul. 2004.

SÃO PAULO. Lei n. 13.885, de 25 de ago. de 2004. Lei. **Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo**. São Paulo, ago. 2004.

SÃO PAULO. Lei n. 14.654, de 20 de dez. de 2007. Lei. **Dispõe sobre o Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo**. São Paulo, dez. 2007.

SÃO PAULO. Lei n. 16.050, de 31 de jul. de 2014. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. São Paulo, p. 01-246, jul. 2014.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: FFLCH, 2008.

SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE "Programa 100 Parques para São Paulo" (2008).

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: Jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SERPA, Angelo. Parque público: Um "álibi verde" no centro de operações recentes de requalificação urbana?. **Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos - GEU**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 111-141, jan. 2005.

SILVA, Valderson Salomão da. **O transporte de passageiros na região metropolitana de campinas: organização, regulação e usos do território**. 2014. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SILVEIRA, Roberto da Silva. **Cidade e lazer em São Paulo**. Dissertação (Mestrado Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

TUCCI, Carlos E. M. **Curso de Gestão das Inundações Urbanas**. Porto Alegre, 2005.

VOIVODIC, Amanda Bonuccelli. **O papel da preservação ambiental na urbanização do município de São Paulo e suas implicações sociais**. 2013. 56 f. Trabalho de Graduação Individual (Bacharel em Geografia)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP/Imprensa Oficial, 2000.

APÊNDICE - Entrevistas

Local: Parque Linear Córrego do Rio Verde

Data 17/01/2015

1. É morador da região? Há quanto tempo?
☐ Sim ____ anos ☒ Não - Parente que mora na região. Mora em Alagoas
2. Com que frequência frequenta o Parque Linear do Rio Verde?
☒ Raramente – menos de 1x por mês ☐ 1x por mês
☐ 1x semana ☐ 2x ou + semana
3. Qual o motivo de frequentar o parque?
☒ Lazer ☐ Prática de esportes ☐ Contemplação
☒ Outros Calor
4. Sabe o que significa “parque linear”?
☒ Sim - breve explicação área verde ☐ Não
5. Conhece o planejamento para a ampliação do parque?
☐ Sim ☒ Não

Concorda em se identificar: ☒ Sim - Antônio João Filho, 65 anos ☐ Não

Local: Parque Linear Córrego do Rio Verde

Data 17/01/2015

1. É morador da região? Há quanto tempo?
☒ Sim 37 anos ☐ Não
2. Com que frequência frequenta o Parque Linear do Rio Verde?
☒ Raramente – menos de 1x por mês ☐ 1x por mês
☐ 1x semana ☐ 2x ou + semana
3. Qual o motivo de frequentar o parque?
☒ Lazer ☐ Prática de esportes ☐ Contemplação
☐ Outros _____
4. Sabe o que significa “parque linear”?
☒ Sim - breve explicação por causa do rio ☐ Não
5. Conhece o planejamento para a ampliação do parque?
☐ Sim ☒ Não

Concorda em se identificar: ☒ Sim – Anderson, 37 anos ☐ Não

Local: Parque Linear do Rio Verde

Data 17/01/2015

1. É morador da região? Há quanto tempo?
☒ Sim 16 anos ☐ Não
 2. Com que frequência frequenta o Parque Linear do Rio Verde?
☐ Raramente – menos de 1x por mês ☐ 1x por mês
☐ 1x semana ☒ 2x ou + semana
 3. Qual o motivo de frequentar o parque?
☒ Lazer ☐ Prática de esportes ☐ Contemplação
☐ Outros _____
 4. Sabe o que significa “parque linear”?
☐ Sim - breve explicação _____ ☒ Não
 5. Conhece o planejamento para a ampliação do parque?
☐ Sim ☒ Não
- Concorda em se identificar: ☒ Sim – Dara, 16 anos ☐ Não

Local: Parque Linear do Rio Verde

Data 17/01/2015

1. É morador da região? Há quanto tempo?
☒ Sim 16 anos ☐ Não
 2. Com que frequência frequenta o Parque Linear do Rio Verde?
☐ Raramente – menos de 1x por mês ☒ 1x por mês
☐ 1x semana ☐ 2x ou + semana
 3. Qual o motivo de frequentar o parque?
☐ Lazer ☒ Prática de esportes ☐ Contemplação
☐ Outros _____
 4. Sabe o que significa “parque linear”?
☐ Sim - breve explicação _____ ☒ Não
 5. Conhece o planejamento para a ampliação do parque?
☐ Sim ☒ Não
- Concorda em se identificar: ☒ Sim – Julia, 16 anos ☐ Não

Local: Parque Linear do Rio Verde

Data 17/01/2015

1. É morador da região? Há quanto tempo?
☒ Sim 14 anos ☐ Não
 2. Com que frequência frequenta o Parque Linear do Rio Verde?
☒ Raramente – menos de 1x por mês ☐ 1x por mês
☐ 1x semana ☐ 2x ou + semana
 3. Qual o motivo de frequentar o parque?
☒ Lazer ☐ Pratica de esportes ☐ Contemplação
☐ Outros _____
 4. Sabe o que significa “parque linear”?
☐ Sim - breve explicação _____ ☒ Não
 5. Conhece o planejamento para a ampliação do parque?
☐ Sim ☒ Não
- Concorda em se identificar: ☒ Sim – Isabele, 14 anos ☐ Não

Local: Parque Linear do Rio Verde

Data 17/01/2015

1. É morador da região? Há quanto tempo?
☒ Sim 8 anos ☐ Não
 2. Com que frequência frequenta o Parque Linear do Rio Verde?
☐ Raramente – menos de 1x por mês ☐ 1x por mês
☐ 1x semana ☒ 2x ou + semana
 3. Qual o motivo de frequentar o parque?
☐ Lazer ☒ Pratica de esportes ☐ Contemplação
☐ Outros _____
 4. Sabe o que significa “parque linear”?
☐ Sim - breve explicação _____ ☒ Não
 5. Conhece o planejamento para a ampliação do parque?
☐ Sim ☒ Não
- Concorda em se identificar: ☒ Sim – Luciano Bento, 63 anos ☐ Não

Local: Parque Linear do Rio Verde

Data 17/01/2015

1. É morador da região? Há quanto tempo?
☒ Sim 1 anos ☐ Não
 2. Com que frequência frequenta o Parque Linear do Rio Verde?
☐ Raramente – menos de 1x por mês ☐ 1x por mês
☒ 1x semana ☐ 2x ou + semana
 3. Qual o motivo de frequentar o parque?
☒ Lazer ☐ Prática de esportes ☐ Contemplação
☐ Outros _____
 4. Sabe o que significa “parque linear”?
☒ Sim - breve explicação _____ ☐ Não
 5. Conhece o planejamento para a ampliação do parque?
☒ Sim ☐ Não
- Concorda em se identificar: ☒ Sim – Lázaro do Nascimento, 15 anos ☐ Não

Local: Parque Linear do Rio Verde

Data 17/01/2015

1. É morador da região? Há quanto tempo?
☒ Sim 2 anos ☐ Não
 2. Com que frequência frequenta o Parque Linear do Rio Verde?
☐ Raramente – menos de 1x por mês ☐ 1x por mês
☒ 1x semana ☐ 2x ou + semana
 3. Qual o motivo de frequentar o parque?
☐ Lazer ☒ Prática de esportes ☐ Contemplação
☐ Outros _____
 4. Sabe o que significa “parque linear”?
☐ Sim - breve explicação _____ ☒ Não
 5. Conhece o planejamento para a ampliação do parque?
☐ Sim ☒ Não
- Concorda em se identificar: ☒ Sim – Daiana da Silva, 18 anos ☐ Não